



EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA LOTE COM DESTINAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
	Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.968/2008 alterado pelo Decreto Municipal nº 2.126/2011, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº. 7.892/2013, Lei Municipal nº 9.525/2014, aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações pertinentes.
DATA DE ABERTURA (Sessão pública para recebimento das propostas e documentação de habilitação)	14 de fevereiro de 2019
HORÁRIO	09:00 horas.
OBJETO	Contratação de empresa para fornecimento de Mobiliário de Escritório (mesa, estação de trabalho, armário, gaveteiro, poltrona, cadeira e sofá), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços.
TIPO DA LICITAÇÃO	MENOR PREÇO
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	Sala de Licitação da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Goiânia situada na Av. do Cerrado nº 999, Bloco B, Térreo, Park Lozandes – Paço Municipal - Goiânia- GO.
PROCESSO Nº	8192/2018
INTERESSADO/ÓRGÃO PARTICIPANTE	Secretaria Municipal de Administração
<p>O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço www.goiania.go.gov.br ou na sede da Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, no horário das 8 h as 12 h e das 14 h as 18 h, nos dias úteis, a partir da data de sua publicação mediante o recolhimento da taxa de R\$10,00 (dez reais), inerentes aos seus custos reprográficos, conforme dispõe o inciso III, do artigo 5º, da Lei 10.520/2002, que será paga em banco ou agências lotéricas, através do DUAM - Documento Único de Arrecadação Municipal.</p> <p>Informações adicionais podem ser obtidas junto, a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, Fone: (62) 3524-6319/6320/6321/ e-mail: semad.gerpre@goiania.go.gov.br</p>	



ÍNDICE

1 - DO OBJETO	3
2 - DA SESSÃO PÚBLICA	3
3 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO	3
4 - DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES	4
5 - DO CREDENCIAMENTO	5
6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 1)	6
7 - DO REGISTRO DE PREÇOS	7
8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO	8
9 - DA HABILITAÇÃO (Envelope n.º 2)	10
10 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	13
11 - DOS RECURSOS	14
12 - DO FORNECIMENTO/CONTRATO	14
13 - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES	16
14 - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE	16
15 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17
16 - DA CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
17 - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
18 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
19 - DA CONTRATAÇÃO	20
20 - FRAUDE E CORRUPÇÃO	21
21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21
22 - DO FORO	23

ANEXOS AO EDITAL:

O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo partes integrantes e inseparáveis para todos os efeitos legais

23 - ANEXO I - Termo de Referência (Especificações)	24
24 - ANEXO II - Modelo de Ata de Registro de Preços	52
25 - ANEXO III - Minuta Contratual	57
26 - ANEXO IV - Termo de Credenciamento (Modelo)	63
27 - ANEXO V - A - Declaração de Habilidade (empresas não beneficiadas pela LC 123/06)	64
28 - ANEXO V - B - Declaração de Habilidade (empresas beneficiadas pela LC 123/06)	65
29 - ANEXO VI - Carta Proposta (Modelo)	66
30 - ANEXO VII - Carta de Apresentação da Documentação	67
31 - ANEXO IX - Comprovante de Recibo do Edital	68



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA DE GOIÂNIA

LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTES COM DESTINAÇÃO EXCLUSIVA

PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, mediante solicitação da **Secretaria Municipal de Administração**, doravante denominada **SEMAP**, através do Gerente de Pregões nomeado pelo **Decreto Municipal nº 933/2017** e dos Pregoeiros designados pelo **Decreto Municipal nº 1.106/2018**, bem como pelo titular da Pasta designado pelo **Decreto Municipal nº 684/2018**, torna público aos interessados que no dia e horário preestabelecidos na capa deste edital realizará a abertura do **Pregão Presencial nº 001/2019 – SRP do tipo MENOR PREÇO**, conforme **processo nº 8192/2018**, esclarecendo que a presente licitação e consequente contratação serão regidas em conformidade com as regras estipuladas na **Lei Federal nº. 10.520/2002**, **Decreto Municipal nº. 2.968/2008** alterado pelo **Decreto Municipal nº 2.126/2011**, **Lei Complementar nº. 123/2006** alterada pela **Lei Complementar nº 147/2014**, **Decreto Federal nº. 7.892/2013** e **Lei Municipal nº. 9.525/2014**, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a **Lei nº 8.666/1993** com suas alterações e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para fornecimento de Mobiliário de Escritório (mesa, estação de trabalho, armário, gaveteiro, poltrona, cadeira e sofá), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços.

2. DA SESSÃO PÚBLICA

- 2.1. A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida pelo Pregoeiro, e realizada de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, em local, data e horário já determinados.
- 2.2. Não havendo expediente na data marcada, a sessão será realizada no primeiro dia útil subseqüente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.
- 2.3. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Presencial na mesma data de abertura, e em face de decisão do pregoeiro, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subseqüente(s).

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do presente Pregão Presencial pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
 - 3.1.1. **ESTÁ LICITAÇÃO POSSUI LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, conforme determina o art. 48, inciso I e III, da Lei Complementar nº 123/2006.
 - 3.1.2. **Para o lote com Destinação Exclusiva**: Somente poderão participar as empresas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, que satisfaçam as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
 - 3.1.2.1. A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
 - 3.1.3. Havendo participação de empresas que não sejam Microempresas – ME ou Empresas de pequeno Porte – EPP para o(s) Lotes(s) com destinação exclusiva estas serão sumariamente DESCLASSIFICADAS.



- 3.2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 3.3. Poderão estar presentes mais de um representante de cada empresa, desde que representando somente uma única empresa licitante. Contudo, apenas 01 (um) representante legal se manifestará a cada sessão, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por seu representado. Demais interessados poderão assistir às sessões desde que não tumultuem o procedimento, sendo convidado, pelo Pregoeiro, a se retirar da sessão aquele que assim não proceder
- 3.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal ou cadastrado no sistema, poderá representar mais de um licitante.

3.5. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO:

- 3.5.1. Empresas em estado de falência ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, exceto quando apresentado juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial atestado emitido pelo juiz em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado;
- 3.5.2. Empresas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, bem como declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Art.87, III e IV da Lei nº. 8.666/93), e caso participe do processo licitatório estará sujeita à penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei 8.666/93, ou impedidas de licitar no âmbito da União, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- 3.5.3. Empresas que não atendam às exigências deste Edital;
- 3.5.4. Quaisquer servidores públicos vinculados ao Município de Goiânia, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado.

4. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 4.1. No dia, hora e local previstos na capa deste edital, o (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio receberão os envelopes n.º1 Proposta de Preços e n.º 2 Documentos de Habilitação, os quais deverão ser apresentados fechados de forma indevassável e rubricados no fecho, contendo os seguintes dizeres:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE GOIANIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SRP
ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA DE ABERTURA: 14/02/2019
HORÁRIO: 09:00h
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ N.º
E-MAIL:.....TELEFONE:.....

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE GOIANIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SRP
ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
DATA DE ABERTURA: 14/02/2019
HORÁRIO: 09:00h
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ N.º
E-MAIL:.....TELEFONE:.....

- 4.2. Os documentos relativos ao credenciamento, à proposta (Envelope n.º 1) e à habilitação (Envelope n.º 2) poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por cartório competente, ou por membro da equipe de apoio do Pregão Presencial, ou servidor público de outro órgão da administração, ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.



4.2.1. Visando a agilidade dos trabalhos licitatórios sugerimos que a(s) licitante(s) que pretender(em) autenticação de documentos via SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, deverão fazê-lo até o 2º dia anterior a data de abertura da licitação, na Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, nos horários e local previstos no item 21.16 deste edital.

4.2.2. Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade poderá ser verificada via consulta no site correspondente, pelo (a) Pregoeiro (a) ou sua equipe de apoio, serão aceitas cópias simples.

4.3. A partir do momento em que o Pregoeiro proceder à abertura do primeiro envelope, não mais serão aceitos novos licitantes.

4.4. Recebidos os envelopes n.º1 **Proposta de Preços** e n.º 2 **Documentos de Habilitação**, o Pregoeiro procederá a abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo(a) Pregoeiro(a) e pelos participantes que o desejarem.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. No dia, horário e local designados para a abertura da sessão pública deste Pregão, o representante legal da licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao (a) Pregoeiro (a), devidamente munido de documento que o habilite a participar deste procedimento licitatório, conforme **ANEXO IV**, respondendo por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos documentos de credenciamento, identificar-se exibindo, Cédula de Identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia. Sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura.

5.2. Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante estatuto/contrato social, e/ou instrumento público ou particular de procura (**ANEXO IV**).

5.3. O credenciamento será efetuado por meio de:

5.3.1. **Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia** do representante legal da empresa licitante (diretor, sócio, superintendente ou procurador estabelecido).

5.3.2. **Estatuto/contrato social**, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa **licitante**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.3.3. **Instrumento público de procura**, emitido por Cartório competente, ou **Instrumento de mandato particular** (modelo apresentado no **ANEXO IV**), assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante que comprovem poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão com firma reconhecida em cartório. Neste ato, será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procura, se o outorgante tem poderes para fazê-lo.

5.4. O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular **ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos**, enfim, para praticar em nome da **licitante** todos os atos pertinentes a este **Pregão**;

5.5. **Declaração formal da firma licitante**, exigida pelo inciso VII, Art. 4º da Lei federal nº. 10.520/02, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura, contendo informações e declarações conforme **ANEXO V - A** deste edital;

5.5.1. As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar na Declaração citada no item 5.5 sua condição de ME ou EPP, conforme **ANEXO V - B**.

5.6. **CERTIDÃO OU DECLARAÇÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL**, se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, segundo disposição do artigo 3º da Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI nº 36 de 03/03/2017.

5.6.1. Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.



5.6.2. Demonstração do resultado do exercício – DRE do exercício anterior, apresentado na forma da Lei, por fotocópia devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do **item 5.6**, em atendimento às exigências da LC n.º 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

5.6.3. Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

5.7. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

5.8. O credenciamento na forma disciplinada neste item e a(s) declaração(ões) a que se refere(m) o(s) item(ns) anterior(es) deverão ser entregues fora do(s) envelope(s), antes da sessão.

5.9. Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos deste(s) item(s) terão poderes para formular verbalmente, na sessão, lances de preços, manifestarem após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente.

5.9.1. A Licitante que se retirar antes do término da sessão deixando de assinar a ata, considerar-se-á que esta renunciou ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 1)

6.1. A Proposta de Preços INICIAL (Envelope nº 1), deverá ser apresentada preferencialmente em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, impressa ou digitada em papel timbrado do proponente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada na última folha por diretor, sócio ou representante legal da proponente, podendo as demais ser apenas rubricadas, contendo:

6.1.1. **Nome ou razão social, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e nome do funcionário da empresa para contato, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda;**

6.1.2. A proposta deverá ser elaborada com base no objeto desta licitação, observadas as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, **a marca, modelo** e demais elementos pertinentes, o **VALOR UNITÁRIO E TOTAL** expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, contendo especificação detalhada do objeto nos termos do memorial descritivo/especificações técnicas e outros elementos que possam facilitar o julgamento da proposta mais vantajosa, já inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações e outras despesas, se houver.

6.1.2.1. Os custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os materiais serem entregues sem ônus adicionais

6.1.3. A proposta deverá conter as informações e declarações conforme **ANEXO VI**, deste Edital;

6.1.4. DECLARAÇÃO do prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data de abertura da mesma.

6.1.4.1. Caso o prazo de que trata o item 6.1.4, não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.1.4.2. Em circunstâncias excepcionais, o órgão licitante poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, não sendo admitida a introdução de quaisquer modificações nas mesmas.

6.1.5. Não será aceito produto divergente do estabelecido no Termo de Referência – **ANEXO I** do Edital, sob pena de desclassificação da proposta e, ainda, das sanções cabíveis no **item 13** do Edital.



6.2. A Proposta de Preços AJUSTADA deverá ser apresentada, somente pela licitante vencedora, após a fase de lances/negociações, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com as seguintes exigências:

6.2.1. A proposta deverá conter as especificações detalhadas dos materiais/produtos, **a marca e modelo** conforme o Termo de Referência, e demais elementos pertinente descritas no Item 6.1.2.

6.2.2. A proposta de preços deverá ser elaborada de maneira que, ao final dos lances e negociação, não ultrapassem os preços unitários e globais máximos admitidos pela Administração, conforme o valor estimado constante no **ANEXO I**, exceto no caso previsto no subitem **8.11.2** do edital;

6.2.3. Nome e número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, caso lhe seja adjudicado o objeto;

6.3. A apresentação da proposta pela licitante implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação.

6.4. Cada licitante só poderá apresentar uma proposta escrita. Verificado que qualquer licitante, por intermédio de interposta pessoa, física ou jurídica, apresentou mais de uma proposta, todas serão excluídas, sujeitando-se, os licitantes eliminados, às sanções cabíveis.

6.5. **Cabe aos licitantes descrever na íntegra em sua proposta o(s) produto(s) ofertado obedecendo às especificações e condições mínimas constantes do Termo de Referência - ANEXO I, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo da proposta.** Nos casos de omissões de especificações na proposta será interpretado que o objeto ofertado atende as especificações solicitadas no Edital.

6.6. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro (a).

6.6.1. **Após finalização da etapa de lances, caso solicitado cancelamento do último valor ofertado no sistema pela empresa, o licitante ficará automaticamente desclassificado por não honrar sua proposta. Neste caso, o pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, caso exista.**

6.7. Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório;

6.8. Não será admitida proposta parcial, isto é, a oferta deverá atender rigorosamente ao edital, no que se refere à unidade, quantidade e especificações.

6.9. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quando houver desequilíbrio da equação econômico-financeiro inicial da ata, nos termos da legislação que rege a matéria.

6.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

7. DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O Sistema de Registro de Preços (**SRP**) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública.

7.2. Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgão participante e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

7.3. Órgão Gerenciador: **Secretaria Municipal de Administração**, órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

7.4. Órgão participante: é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a Ata de Registro de Preços.



7.5. Órgão não participante: é o órgão ou entidade que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, faz adesão à Ata de Registro de Preços, obedecendo às normas vigentes.

7.6. O registro formalizado na ata a ser firmada entre a **Secretaria Municipal de Administração** e os fornecedores classificados, observado o disposto no item 16.1, terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Diário Oficial do Município, conforme o inciso III do parágrafo 3º do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

7.7. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Pública não ficará obrigada a comprar os bens e/ou serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição/ prestação de serviços quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.

7.8. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a **Secretaria Municipal de Administração**, optar pela aquisição/ prestação de serviço por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

7.9. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela **Secretaria Municipal de Administração**.

7.10. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

7.11. Caso o fornecedor não possa reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo gerenciador da ata que poderão convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.12. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

8.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos e ofertar **MENOR PREÇO POR LOTE**, para fornecimento dos produtos nas condições previstas no **Termo de Referência - Anexo I**.

8.2. Serão selecionados pelo (a) Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE** e as demais com preço até 10 % (dez por cento) superior àquela.

8.2.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nesta condição, serão selecionadas as 03 (três) melhores propostas, independentemente do preço, bem como as propostas empatadas.

8.2.2. Havendo um só licitante, uma única proposta válida ou se nenhum dos licitantes ofertar lance verbal caberá ao (a) Pregoeiro (a), analisadas as limitações do mercado e outros aspectos pertinentes, inclusive quanto às taxas, decidir entre considerar fracassado o certame e abrir nova licitação, suspender este Pregão ou prosseguir com o certame.

8.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observado o que dispõe o § 2º, do art. 3º da lei 8.666/93, se o mesmo se mantiver, será decidido por sorteio realizado pelo Pregoeiro, na forma estabelecida no § 2º do art.45 da lei 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006.

8.4. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação;

8.5. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, deverão ser obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores;



8.6. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por aquele apresentado, para efeito de ordenação das propostas, considerando-se o valor estimado para a contratação.

8.7. Caso, os licitantes classificados não mais realizem lances verbais, a etapa competitiva será encerrada e o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o autor da melhor oferta com vistas a diminuir o preço oferecido.

8.8. Após a fase de negociação, o (a) Pregoeiro (a) ordenará as propostas ofertadas exclusivamente pelo critério de **menor preço**;

8.9. O direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte será instaurado após o encerramento da etapa de lances e antes da fase de negociação

8.10. **Para o Item de “AMPLA CONCORRÊNCIA”**, conforme Termo de Referência do Edital – Anexo I, caso a melhor proposta, superada a fase de lances, não tiver sido apresentada por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, proceder-se-á da seguinte forma:

8.10.1. O (A) pregoeiro (a) verificará se há licitante na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e se esta se encontra em situação de empate com a Empresa de Grande Porte que ofertou o menor preço. Em caso positivo, assegurará como critério de desempate, a preferência de contratação da Pequena Empresa, conforme as prerrogativas estabelecidas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06.

8.10.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.10.2.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontram na situação descrita no item 8.10.2, manter-se-á a ordem de sorteio realizada no item 8.3, para identificar àquela que primeiro poderá apresentar a oferta.

8.10.2.2. Na hipótese de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, será procedido o seguinte:

8.10.2.2.1. A Microempresas e Empresas de Pequeno Porte melhor classificada poderá, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada de menor valor, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, após fase de negociação.

8.10.2.3. Não ocorrendo a contratação na forma do item anterior serão convocadas as remanescentes que se enquadrem como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na ordem classificatória, para o exercício dos direitos trazidos pela Lei Complementar nº 123/06.

8.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente que descumprir sua proposta às penalidades constantes do item 13 deste Edital.

8.11.1. Após a fase de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da oferta de menor valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.11.2. Caso o Pregoeiro não consiga durante a fase de negociação a obtenção de valor igual ou inferior ao estimado constante do termo de referência do edital, poderá adjudicar por preço superior, desde que não ultrapasse o preço médio estimado nos autos de acordo com a instrução normativa nº 01/2018 – CGM.

8.11.3. O critério de aceitabilidade do preço ofertado levará em conta ainda o disposto no art. 48 e incisos da Lei nº 8.666/93

8.11.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

8.12. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação apresentada na própria sessão.



8.13. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades, no credenciamento, nas propostas e/ou nos documentos de habilitação poderão, a critério do Pregoeiro, ser sanadas na Sessão Pública de Processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações e certificada por servidor autorizado.

8.14. Constatado o pleno atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital e seus Anexos, será declarada pelo(a) Pregoeiro(a) a vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto;

8.14.1. A proposta ajustada deverá ser entregue ao (a) Pregoeiro (a) no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o término da sessão de lances sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 13 DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES do Edital;

8.15. Se a proposta não for aceitável, se o proponente não atender as exigências habilitatórias ou se não for possível assinar o contrato e/ou outro documento equivalente com o licitante vencedor, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até apurar a melhor proposta válida;

8.16. Na situação prevista no item acima, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente com o objetivo de obter melhor preço;

8.17. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços excessivos ao limite estabelecido, após fase de lances e/ou negociações, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, conforme disposto no art. 48, II, da Lei nº 8.666/93.

8.17.1. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes

8.17.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do art.43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de capacidade de cumprimento do objeto, podendo adotar os seguintes procedimentos dentre outros:

8.17.2.1. Questionamentos junto à proponente para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

8.17.2.2. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

8.18. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pelos membros da Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s);

8.19. Não serão motivos de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes;

8.20. O resultado desta Licitação será afixado no quadro próprio de avisos dos procedimentos licitatórios da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, bem como no site www.goiania.go.gov.br, para intimação e conhecimento dos interessados.

9. DA HABILITAÇÃO (Envelope n.º 2)

9.1. Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual (Envelope n.º 2), devidamente fechado, conforme relação a seguir:

9.2. RELATIVAMENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.2.1. Registro comercial, para empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social contendo todas as alterações realizadas ou o último devidamente consolidado, devendo, em ambos os casos estarem registrados no órgão competente, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos



documentos comprobatórios de eleição de seus administradores e/ou a publicação no Diário Oficial dos referidos documentos;

- 9.2.3. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova do registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das pessoas Jurídicas) de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- 9.2.4. **Decreto de autorização**, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

- 9.3.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);**
- 9.3.2. **Prova de Regularidade relativa ao FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;
- 9.3.3. **Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.
- 9.3.4. **Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;
- 9.3.5. **Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais (ISS), expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;
- 9.3.6. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.3.7. **A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06 deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências.**
 - 9.3.7.1. Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no caput deste item quando encerrada a fase de classificação das propostas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério do pregoeiro e, desde que solicitado, por escrito, pela LICITANTE.
 - 9.3.7.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.4. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 9.4.1. **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - 9.4.1.1. Nos casos de **participação de empresa em recuperação judicial**, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial exigida no item anterior, atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.
- 9.4.2. **Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



9.4.2.1. O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

9.4.2.2. O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de "Recibo de entrega de livro digital". Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

9.4.2.3. Quando S/A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado de Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembléia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei n.º 6.404/76, ou ainda, a publicação do mesmo no Diário Oficial.

9.4.2.4. A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, **o qual deverá apresentar resultado igual ou superior a 1, e deverá ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade**, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

- ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) ≥ 1**
- ILC = (AC) / (PC) ≥ 1**
- ISG = AT/ (PC+ELP) ≥ 1**

Onde:

ILG = índice de liquidez geral
ILC = índice de liquidez corrente
ISG = índice de solvência geral
AT = ativo total
AC = ativo circulante
RLP = realizável em longo prazo
PC = passivo circulante
ELP = exigível em longo prazo
PL = patrimônio líquido

9.4.2.4.1. Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no **subitem 9.4.2.4 os mesmo deverão** comprovar o capital social ou patrimônio líquido **mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento)** do valor total estimado para a contratação.

9.4.2.4.2. A comprovação do capital social ou patrimônio líquido deverá ser feita através do Contrato Social, ou Certidão da Junta Comercial ou Publicação Oficial, ou ainda em Cartório de Registro de Títulos, conforme o caso. Será admitida atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais.

9.4.2.4.3. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos na forma do item 9.4.1

9.4.2.4.4. Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido nos itens 9.4.2.

9.4.2.5. Nos termos do artigo 3º do Decreto Federal nº 8.538/2015 e do artigo 4º da Instrução Normativa nº 08/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

9.5. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.5.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou de Direito Privado, a fim de comprovar capacidade técnica da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação;



9.5.1.1. O atestado a que se refere o item acima deverá ser apresentado em papel timbrado ou com carimbo CNPJ, devidamente assinado pelo atestador.

9.5.1.2. Não será aceita comprovação de aptidão de que trata estes itens através de documento emitido pela própria licitante ou por empresa do mesmo grupo.

9.5.2. **Carta de Apresentação da documentação da licitante**, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investidura devidamente comprovada, contendo informações e declarações conforme **ANEXO VII** deste edital.

9.6. **Quando da apresentação da documentação se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz;**

9.6.1. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com o CNPJ da filial e, dentre estes, os documentos dos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.6 e 9.4.1 que em razão da centralização e certidão conjunta, deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais;

9.6.2. Se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, salvo os documentos dos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.6 e 9.4.1 que em razão da centralização e certidão conjunta deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerão todas as suas filiais.

9.7. **As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006.** As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a **60 (sessenta) dias** consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

9.8. A licitante que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame, ficará sujeita a penalidade de impedimento de contratação e de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e de descredenciamento no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, contrato e das demais cominações, segundo disposição do item 13 deste instrumento.

9.9. Recebida a documentação da empresa que teve sua proposta classificada, o (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio fará a análise frente às exigências do edital, podendo inabilitar a empresa que não atender às exigências acima.

9.10. Não serão aceitos pelo(a) pregoeiro(a) “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.11. **O não atendimento dos itens 6 – Proposta de Preços e 9 – Habilitação poderá ensejar na desclassificação/inabilitação da empresa, salvo** eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades no credenciamento, nas propostas e/ou nos documentos de habilitação poderão a critério do(a) Pregoeiro(a) ser sanadas durante o procedimento licitatório, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações e certificada por servidor autorizado.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores a data da sessão pública fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial, protocolizando a peça impugnatória no endereço discriminado no subitem 21.16 deste Edital;

10.1.1. **NÃO SERÁ ADMITIDA IMPUGNAÇÃO** sem o nome completo ou razão social, CPF/CNPJ, endereço, telefones, e-mail, assinatura do impugnante e sendo pessoa jurídica deverá estar acompanhada de documento que comprove a representatividade de quem assina a impugnação.

10.1.2. O impugnante deverá certificar-se do recebimento pela SEMAD, caso o faça por meio eletrônico, isentando a Prefeitura de Goiânia de quaisquer responsabilidades por falha na transmissão de dados via internet.

10.2. Caberá ao(a) Pregoeiro(a) decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;



10.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, caso a alteração implique na formulação da proposta.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor qualquer licitante poderá manifestar imediato e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso. O recurso deverá ser dirigido ao(a) Pregoeiro(a), e protocolizado na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no endereço descrito no item 21.16.

11.1.1. NÃO SERÃO ADMITIDAS RAZÕES E CONTRARRAZÕES DE RECURSOS, sem nome ou razão social, CNPJ, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e assinatura do representante legal.

11.1.2. O licitante deverá certificar-se do recebimento pela SEMAD, caso o faça por meio eletrônico, isentando a Prefeitura de Goiânia de quaisquer responsabilidades por falha na transmissão de dados via internet.

11.2. Os demais licitantes ficam desde logo, intimados para, caso queiram, apresentar contrarrazões em **até 03 (três) dias úteis** que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

11.2.1. As razões recursais serão disponibilizadas no site da Prefeitura de Goiânia, ao final do prazo para apresentação dos recursos, momento pelo qual será iniciado o prazo para apresentação das contrarrazões, conforme descrito no subitem 11.2.

11.2.2. Os licitantes são responsáveis pela contagem dos prazos acima mencionados, bem como pelo acompanhamento das publicações ocorridas no endereço eletrônico www.goiania.go.gov.br, ficando a Administração Pública isenta de quaisquer responsabilidades por perda de prazo.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e consequentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor;

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Recebido, examinado e decidido o recurso, e constatada a regularidade dos atos praticados o(a) Pregoeiro(a), caso mantenha sua decisão, encaminhará o procedimento à autoridade competente para adjudicação e homologação.

11.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na **Secretaria Municipal de Administração**.

12. DO FORNECIMENTO/CONTRATO

12.1. As obrigações decorrentes desta licitação a serem firmadas entre a **Secretaria Municipal de Administração** - **SEMAP** e a proponente vencedora serão formalizadas por meio de Contrato e/ou instrumento equivalente, observando as condições estabelecidas neste Instrumento, legislação vigente e na proposta vencedora.

12.1.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e do art. 3º, inciso XXI da Instrução Normativa nº 010/2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e do art. 2º da Instrução Normativa 02/2018 da Controladoria Geral do Município, a **CONTRATANTE**, designará representantes da Prefeitura de Goiânia, constante do quadro de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

12.2. O prazo para a retirada da Ordem de Fornecimento será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da licitante.

12.3. Todo material entregue, deverá conter, validade e/ou garantia, quando da emissão da Nota Fiscal.

12.4. Quando do início do fornecimento dos materiais, caso haja dúvidas em relação às especificações e normas, o representante nomeado pela **CONTRATANTE** poderá solicitar da adjudicatária a apresentação de esclarecimentos pertinentes ao objeto licitado, comprovando que ela atende todas as exigências legais e especificações solicitadas no Edital.



12.5. Os materiais deverão ser entregues de acordo com o **ANEXO I** – Termo de Referência e disposições estabelecidas pela **CONTRATANTE**.

12.5.1. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela empresa vencedora, por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para a entrega.

12.6. Correrá por conta da vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no fornecimento dos materiais.

12.7. Os materiais deverão ser fornecidos de forma a atender as necessidades da **CONTRATANTE** e permitir imediata utilização dos mesmos, correndo por conta da empresa vencedora os custos correspondentes.

12.8. Os materiais serão recusados pelo representante nomeado pela **CONTRATANTE** nos seguintes casos:

- a) Se entregues em desacordo com as especificações indicadas no **ANEXO I** - Termo de Referência.
- b) Se apresentarem defeitos, avarias decorrentes de fabricação e outras irregularidades observadas no ato da recepção.
- c) Quando se tratar de materiais de origem estrangeira e não estiverem acompanhados das informações de orientação ao usuário escritas em língua portuguesa.

12.9. Em qualquer caso de recusa, a empresa vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a substituição correspondente, sob pena de incidir nas sanções administrativas previstas neste Edital e de ressarcir a **CONTRATANTE** os custos decorrentes do atraso, na forma do disposto neste instrumento convocatório.

12.10. No caso previsto no item anterior, em sendo recusados os materiais pela segunda vez, a **CONTRATANTE** poderá cancelar a Ordem de Serviço/ Nota de Empenho referente aos materiais recusados, sendo facultada a convocação da empresa classificada na ordem subsequente para realizar a entrega dos materiais não aprovados e não recebidos definitivamente, desde que rescindido o contrato previamente com a primeira colocada e observadas às condições previstas no **item 19.6**.

12.11. Os materiais fornecidos deverão conter prazo de garantia/validade, devendo a empresa vencedora reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os que forem considerados inadequados às especificações, ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular e adequado.

12.12. No caso de substituição dos materiais, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia/validade originalmente dados aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a reposição.

12.13. Em caso de demora na substituição dos materiais que apresentaram qualquer irregularidade, a **CONTRATANTE** poderá promover a aquisição dos quantitativos necessários para o atendimento de suas necessidades, cobrando da empresa vencedora os custos correspondentes, sem prejuízo das sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação vigente.

12.14. Em conformidade com os artigos 73 e 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste Edital será recebido:

I - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

II - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.14.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

12.14.2. O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da adjudicatária *a posteriori*. Deverão ser substituídos os materiais que, eventualmente, não atenderem as especificações do Edital.



13. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

13.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará o **LICITANTE VENCEDOR** à advertência e multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor adjudicado.

13.1.1. A multa a que se alude o item 13.1 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LICITANTE VENCEDOR as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa de **3% (três por cento)** sobre o valor da parcela não adimplida do contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.3. Em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 - Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais o licitante que:

13.3.1. Convocado dentro do prazo de validade da proposta não celebrar o contrato;

13.3.2. Deixar de entregar documentação exigida para o certame dentro do prazo estabelecido no Edital, considerando, também, como documentação a proposta ajustada.

13.3.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

13.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

13.3.5. Ensejar retardamento da execução de seu objeto;

13.3.6. Não mantiver a proposta;

13.3.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

13.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

13.5. Por infração a quaisquer outras cláusulas contratuais, será aplicada multa de 3% (três por cento) sobre o valor da parcela não adimplida do contrato, cumuláveis com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

13.6. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA ou da garantia contratual (quando houver), de forma que, sendo insuficientes os créditos devidos para quitação da sanção aplicada, deverá ser procedida a cobrança administrativa ou judicial do valor restante.

14. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

14.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente e a quitação de eventuais multas que tenham sido impostas à licitante vencedora.



14.1.1. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente da Caixa Econômica Federal, Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira do Município.

14.1.2. Caso a empresa vencedora não possua conta corrente na Caixa Econômica Federal, os custos de transferência bancária serão arcados por esta, conforme tabela de serviços bancários.

14.2. Além do disposto no item 14.1 a licitante vencedora deverá apresentar documentos de regularidade fiscal e trabalhista constantes nos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5 e 9.3.6,

14.2.1. Em caso de irregularidade fiscal, a **Secretaria Municipal de Administração** notificará a empresa vencedora para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período. Fendo este prazo sem que haja a regularização por parte da empresa vencedora, ou apresentação de defesa aceita pela **Secretaria Municipal de Administração**, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do edital, e estará o contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a adjudicatária sujeitas às sanções administrativas previstas neste Edital.

14.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 14.1, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

14.3.1. A devolução de fatura não aprovada pela **Secretaria Municipal de Administração** não servirá de motivo para que a ADJUDICATÁRIA suspenda o fornecimento dos materiais ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados;

14.4. A(s) nota(s) fiscal (is) será (ao) conferida(s) e atestada(s) pelo responsável designado para o acompanhamento e recebimento dos materiais.

14.5. O pagamento a ser efetuado à empresa adjudicatária deverá obedecer à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela **Secretaria Municipal de Administração**, de acordo com o disposto no artigo 5º caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14.6. A **Secretaria Municipal de Administração** poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela ADJUDICATÁRIA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

14.6.1. Descumprimento de obrigação relacionada com os objetos contratados;

14.6.2. Débitos da ADJUDICATÁRIA no que diz respeito ao pagamento de multas impostas ao longo do contrato;

14.6.3. Pendências trabalhistas e de verbas devidas à Seguridade Social em nome da contratada e referente à execução do contrato sob exame;

14.7. Ocorrendo atraso no pagamento a Adjudicatária fará jus a juros de mora de 0,5% ao mês *pro rata die*, da data de impugnação por parte do contratado até a do efetivo pagamento.

14.8. Os preços praticados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta, nos termos da Lei 10.192/01.

14.9. O não pagamento de qualquer fatura pelas razões mencionadas no item 14.6 não surtirá direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Em conformidade com o Art. 7º, §2º da Lei Municipal nº 9.525 de 29 de dezembro de 2014, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.

16. DA CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

16.1.1. Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

16.1.2. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no site da Prefeitura de Goiânia e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e



16.1.3. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

16.2. O registro a que se refere o item 16.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 18.

16.3. Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

16.3.1. Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

16.3.2. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao licitante mais bem classificado.

16.4. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 16.3.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.5. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no item 16.1, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços (**ANEXO II**), dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

16.5.1. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

16.6. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

16.6.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

16.7. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.8. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

16.9. As convocações de que tratam os itens anteriores deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.

16.10. O registro de preços terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Diário Oficial do Município, conforme o inciso III do parágrafo 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

16.11. A Adjudicatária que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho/ordem de Fornecimento no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas no item 13 deste Edital.

16.12. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

16.13. O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

16.14. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

16.15. Caberá ao fornecedor dos produtos beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não



prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgão participante.

16.16. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere item 16.14 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgão participante.

16.17. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participante, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.18. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

17. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

17.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput*, do art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

17.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

17.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

17.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

17.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a **Secretaria Municipal de Administração** (órgão gerenciador) poderá:

17.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Fornecimento; e

17.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

18.1.1. Pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

18.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

18.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

18.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Art. 78, Inc. I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

18.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;



18.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

18.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

18.1.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV e XVI, da lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

18.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

18.2. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

18.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município e Jornal de grande circulação, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

18.2.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de contrato ou instrumento equivalente, cuja minuta constitui o **ANEXO III** do presente ato convocatório.

19.1.1. Em atendimento ao que dispõe o artigo 9º, § 4º da Instrução Normativa 008/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás haverá prioridade na aquisição dos produtos constantes nos itens destinados às empresas beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006.

19.2. A vigência do Contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir publicação do seu extrato no Diário Oficial.

19.2.1. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57 Inciso I da Lei nº 8.666/93.

19.2.2. Para que haja o devido controle do prazo de vigência contratual, deverá ser anexado aos autos copia da publicação do extrato contratual no Diário Oficial.

19.3. O Contrato deverá ser assinado pela licitante adjudicatária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.

19.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

19.5. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade da Adjudicatária para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

19.5.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis comprovar a sua situação de regularidade mencionada acima, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.



19.5.2. A empresa deverá manter durante todo fornecimento do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6. É facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando o vencedor da licitação assinar o ajuste, mas não iniciar a execução contratual, desde que rescindido o contrato previamente com o primeiro colocado, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo vencedor.

19.7. No ato da assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá:

19.7.1. Comprovar poderes para o signatário assinar contratos, mediante Ata de Eleição da última Diretoria ou Contrato Social, e ainda no caso de procurador, além desses documentos, Procuração registrada em Cartório.

20. FRAUDE E CORRUPÇÃO

20.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Fica assegurado à Autoridade competente o direito de:

21.1.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando publicidade aos atos mediante publicação na imprensa oficial e jornal de grande circulação no Município, antes da data inicialmente marcada, ou em ocasiões supervenientes ou de caso fortuito;

21.1.2. Revogar, por intermédio da autoridade competente, por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta e anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba direito de qualquer indenização;

21.1.3. Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, divulgando pela mesma forma que se deu o texto original, caso estas impliquem em modificações da proposta ou dos documentos de habilitação, nos termos do § 4º, art. 21 da Lei 8.666/93;

21.1.4. Inabilitar/desclassificar o convocado que não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou resarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal do licitante. Neste caso, o (a) Pregoeiro (a) convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com o Proponente melhor classificado e posterior conferência de sua proposta e documentação, sendo declarado vencedor e a ele será adjudicado o objeto deste Pregão Presencial. Ocorrendo isso, será levada em consideração, a data de abertura do certame para fins de análise e julgamento da documentação da empresa.

21.2. Os produtos deverão ser fornecidos rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

21.3. Considerando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal, de 05.10.1988 e no art. 2º da Lei 9.012, de 30.03.1995, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da administração, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos (CND) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação e quando da emissão da Nota de Empenho, caso as Certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada durante a tramitação do certame licitatório.

21.4. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do contrato e/ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição.

21.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.



21.6. Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições da Lei nº 10.520/02, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes.

21.7. A participação neste Pregão Presencial implicará aceitação integral e irretratável das normas do Edital e seus Anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso;

21.8. É facultada ao(a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.9. As proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.10. A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio do órgão de Licitação, reparando às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do Órgão de Licitação.

21.11. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

21.14. A homologação do resultado dessa licitação não importará em direito à contratação.

21.15. À licitante vencedora é vedado transferir ou subcontratar o objeto adjudicado decorrente deste Edital, ficando obrigada, perante a **Secretaria Municipal de Administração** pelo exato cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação.

21.16. Qualquer pedido de ESCLARECIMENTO em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado por escrito, ao(a) Pregoeiro(a), por meio de carta ou telegrama, enviados ao endereço abaixo ou por e-mail, até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura do Pregão

Prefeitura de Goiânia

Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

Paço Municipal - Avenida do Cerrado, 999, Bl. B, Térreo, Park Lozandes - Goiânia- GO. CEP. 74.884-900

Fone: (62) 3524-6320

Horário: 8 h às 12h e das 14 h as 18 h.

E-mail: semad.gerpre@goiania.go.gov.br

21.17. A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será divulgada por e-mail aos demais interessados que tenham retirado os Editais e tenham deixado junto a **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD** dados para remessa de informações.

21.18. No caso de ausência da solicitação de esclarecimentos pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

21.19. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do Edital pelo site: www.goiania.go.gov.br até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

21.20. Os licitantes interessados que adquirirem o Edital através do site www.goiania.go.gov.br ou qualquer outra fonte poderão remeter o Comprovante de Recibo do Edital, conforme ANEXO IX, à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, para receber notificações de eventuais retificações ocorridas no Edital bem como de quaisquer informações adicionais. Tais retificações/ informações estarão disponíveis a todos os



interessados no endereço acima descrito, sendo que o não envio do Comprovante do Recibo não restringe ou prejudica a publicidade e/ou a legalidade do certame.

21.21. Para conhecimento dos interessados, expediu-se o presente Edital, que será afixado no quadro próprio de avisos da **Secretaria Municipal de Administração**, publicado **no site oficial da Prefeitura de Goiânia (www.goiânia.go.gov.br)**, **no Diário Oficial do Município**, e conforme o caso em jornal de grande circulação do Estado de Goiás, estando o (a) Pregoeiro (a) e a equipe de apoio à disposição dos interessados no horário 8 h às 12h e das 14 h às 18 h, nos dias úteis.

22. DO FORO

22.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o **Foro da Comarca de Goiânia**, em uma das suas Varas da **Fazenda Pública**, por mais privilegiado que outro seja.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, aos 25 dias do mês de janeiro de 2019.

RENATO GARCIA PEREIRA
Gerente de Pregões

MARCELA ARAÚJO TEIXEIRA
Superintendente

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário



23. ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Mobiliário de Escritório (mesa, estação de trabalho, armário, gaveteiro, poltrona, cadeira e sofá), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços. Contratação de empresa para fornecimento de Mobiliário de Escritório (mesa, estação de trabalho, armário, gaveteiro, poltrona, cadeira e sofá), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços

LOTE 01					
Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	2	Mesa de reunião circular, 1200x740 mm (ØxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 744,61	R\$ 1.489,22
2	Unid.	6	Mesa de reunião retangular, 2400x1000x740 mm (LxPxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 1.650,00	R\$ 9.900,00
3	Unid.	2	Mesa diretor, 1800x1800x740 mm (LxPxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 1.950,00	R\$ 3.900,00
4	Unid.	2	Mesa diretor auxiliar, 1000x600x740 mm (LxPxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 630,00	R\$ 1.260,00
5	Unid.	26	Mesa em L, 1600x1600x740 mm (LxPxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 459,90	R\$ 11.957,40
6	Unid.	8	Mesa em L, 1400x1400x740 mm (LxPxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 792,82	R\$ 6.342,56
7	Unid.	2	Mesa estação de trabalho, 1400x1400x740mm (LxPxH) - 2p. Conforme ficha técnica.	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
8	Unid.	12	Mesa estação de trabalho, 2800x1400x740mm (LxPxH) - 4p. Conforme ficha técnica.	R\$ 4.060,00	R\$ 48.720,00
9	Unid.	4	Mesa estação de trabalho, 4200x1400x740mm (LxPxH) - 6p. Conforme ficha técnica.	R\$ 5.876,00	R\$ 23.504,00
10	Unid.	8	Mesa estação de trabalho, 5600x1400x740mm (LxPxH) - 8p. Conforme ficha técnica.	R\$ 7.680,00	R\$ 61.440,00
11	Unid.	14	Gaveteiro fixo 2 gavetas. Conforme ficha técnica.	R\$ 249,00	R\$ 3.486,00
12	Unid.	22	Gaveteiro volante 3 gavetas. Conforme ficha técnica.	R\$ 300,00	R\$ 6.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE				R\$	180.199,18



LOTE 02					
Item	Unid.	Quant. Exclusiva p/ ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	50	Armário baixo fechado, duas portas, 800x490x740mm (LxPxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 334,85	R\$ 16.742,50
2	Unid.	66	Armário médio fechado, duas portas, 800x490x1080mm (LxPxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 400,00	R\$ 26.400,00
3	Unid.	4	Armário alto fechado, duas portas, 800x490x1610mm (LxPxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 993,14	R\$ 3.972,56
4	Unid.	10	Armário extra alto fechado, duas portas, 800x490x2140mm (LxPxH). Conforme ficha técnica.	R\$ 1.556,00	R\$ 15.560,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE				R\$	62.675,06

LOTE 03					
Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	2	Poltrona giratória "A". Conforme ficha técnica.	R\$ 859,20	R\$ 1.718,40
2	Unid.	20	Poltrona giratória "B". Conforme ficha técnica.	R\$ 831,60	R\$ 16.632,00
3	Unid.	154	Cadeira giratória operacional com braço. Conforme ficha técnica.	R\$ 615,85	R\$ 94.840,90
4	Unid.	20	Poltrona diretor fixa trapezoidal. Conforme ficha técnica.	R\$ 628,00	R\$ 12.560,00
5	Unid.	74	Cadeira fixa trapezoidal. Conforme ficha técnica.	R\$ 398,00	R\$ 29.452,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE				R\$	155.203,30

LOTE 04					
Item	Unid.	Quant. Exclusiva p/ ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	24	Sofá 1 lugar. Conforme ficha técnica.	R\$ 850,00	R\$ 20.400,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE				R\$	20.400,00

VALOR TOTAL DOS LOTES	R\$	418.477,54
------------------------------	------------	-------------------



1. JUSTIFICATIVA

- 1.1.** A referida contratação visa adequar o ambiente de trabalho a fim de atender ao número de servidores lotados nas unidades da Superintendência de Licitações e Suprimentos, de modo a reestruturar as nossas Diretorias e Gerências, considerando que atualmente dispomos de estrutura inapropriada o que ocasiona um ambiente com alta intensidade de ruídos prejudicando o bom andamento dos trabalhos realizados por esta Superintendência, conforme atribuições descritas na Lei Complementar n. 276/2015, combinado com o Decreto n. 1865 de 30 de junho de 2016 é imprescindível para o bom resultado das atividades a adequação a transferência de toda Superintendência para outro espaço que possa acomodar a todas as unidades vinculadas a SUPRIC.
- 1.2.** Considerando que o novo local onde se pretende ocupar não dispõe de mobiliário suficiente e adequado para receber os vários departamentos que compõe toda a Superintendência, de modo satisfatório, dentre eles a Diretoria de Suprimentos, a Diretoria de Compras, a Gerência de Pregões, o Patrimônio, a Gerência de Elaboração de Projetos, Termos de Referência e Editais, a Gerência de Registro de Preço, a Gerência de Compra Direta, a Gerência de Transportes, a Gerência de Programação, 2 (duas) salas de reuniões, 2 (duas) salas de assessoria e 2 (duas) recepções, que serão alocados em uma área conforme projeto em anexo, no qual o mesmo foi adotado para obtenção das áreas e das quantidades exatas de mobiliário, respectivamente.
- 1.3.** Ponderando que as aquisições promoverão melhores condições de trabalho para os servidores, ocasionando melhor disposição dos setores, melhor interação e integração entre os servidores de um mesmo departamento, dentre outras melhorias, o que proporcionará uma maior excelência das atividades realizadas pelas áreas envolvidas, para atender imediatamente a demanda da Superintendência de Licitações e Suprimentos, nos quantitativos dispostos no croqui em anexo.
- 1.4.** A aquisição e montagem dos itens possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como bens comuns, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.520/2002.
- 1.5.** Contudo, considerando ainda que constantemente se faz necessário realizar adequações na estrutura de salas dos vários departamentos da Secretaria em função das especificidades de trabalho de cada departamento, surgindo ao longo do ano contratações freqüentes para um único objeto, em virtude da dificuldade de definir previamente a quantidade exata da demanda para alguns casos e rimando ainda pela padronização e organização dos espaços de trabalho, planejamento, possibilidade de contratação com menores preços em virtude de economia de escala, fica evidenciada a possibilidade utilização do Registro de Preços com fulcro no artigo 3º, incisos II e IV da Lei Municipal n. 9.525/2014, razão pela qual a contratação será realizada na forma de sistema de registro de preços, pois os demais quantitativos visam atender outras demandas, as quais poderão ser requeridas posteriormente de acordo com as necessidades da Prefeitura de Goiânia.
- 1.6.** Os demais quantitativos visam atender outras demandas, as quais poderão ser requeridas posteriormente de acordo com as necessidades da Prefeitura de Goiânia mediante demandas apresentadas.
- 1.7.** O agrupamento dos itens em lotes tem como objetivo a padronização do mobiliário, garantindo a mesma tonalidade e qualidade, alem de proporcionar a harmonia do ambiente. Neste caso, a licitação por lotes não compromete, restringe ou frustra o caráter competitivo da licitação, permitindo a participação de diversas empresas, garantindo a observância ao princípio constitucional da isonomia, e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração conforme artigo 3º da Lei 8.666/93. Fato que pode ser observado no Edital de Pregão Eletrônico SRP Nº 25/2013 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Edital do Pregão Eletrônico Nº 013/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e Edital de Licitação Pregão Eletrônico Nº 05/2018 do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região.



2. PROJETO

2.1. O croqui que representa alguns dos elementos necessários à elaboração e execução do objeto encontra-se abaixo:





3. FICHA TÉCNICA

3.1. LOTE 01

3.1.1. ITEM 01 - MESA DE REUNIÃO CIRCULAR, 1200X740 MM (ØXH)

3.1.1.1. Descrição do Produto: Tampo deverá ser fornecido com formato circular produzido em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma cor do laminado, com raios de 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de acordo com as normas da ABNT de ergonomia, coladas pelo processo hot melt. O tampo deve ser fixado na estrutura através de buchas metálicas embutidas na face inferior do tampo por parafusos. Estrutura autoportante deverá ser composta por 4 travessas horizontais e 4 colunas verticais. Travessas horizontais deverão ser fornecidas em tubo de aço com formato retangular no mínimo 50x25mm com espessura mínima de 1,5 mm, soldadas entre si formando um quadro estrutural. Colunas verticais deverão ser fornecidas em tubo de aço oblongo mínimo de 40x77 mm com no mínimo 1,2 mm de espessura, na parte inferior deve possuir sapata niveladora com base em material termoplástico. As colunas deverão ser fixadas nos vértices do quadro estrutural na posição inclinada, garantindo maior estabilidade do conjunto. O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxte, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80µm, e sequencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.1.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a) ABNT NBR 13966 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;
- b) Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.2. ITEM 02 – MESA PARA REUNIÃO RETANGULAR, 2400X1000X740 MM (LXPXH)

3.1.2.1. Descrição do Produto: Tampo deverá ser fornecido em formato retangular em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma cor do laminado, com raios de 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de acordo com as normas da ABNT de ergonomia, coladas pelo processo hot melt. O tampo deve ser fixado na estrutura através de buchas de aço embutidas na face inferior do tampo e parafusos. Deve possuir tampa basculante, com corpo, tampa e perfil de acabamento, produzidos em alumínio, com abertura para ambos os lados. A tampa basculante deve ser encaixada sobre o tampo e fixada sob o tampo por parafusos. Suporte para tomadas deverá ser fornecido em chapa de aço com no mínimo 0,9 mm de espessura dobrada em forma de "U", com furações para, no mínimo, 4 tomadas elétricas (com padrão NBR14136) e 3 RJ45. Calha deverá ser fornecida em chapa de aço com espessura mínima de 0,75 mm de espessura dobrada em



forma de "U". Estrutura autoportante, deverá ser composta por 4 pés verticais, travessas horizontais e duas estruturas terminais. Pés verticais deverão ser fornecidos em tubo de aço do tipo oblongo mínimo de 77x40 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura, devem possuir sapata oblonga em polipropileno niveladora. Travessas horizontais deverão ser fornecidas em tubo de aço retangular de no mínimo 50x20 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura com dispositivo de montagem regulável, encaixado dentro do tubo e composto por 2 perfis de encaixe em polipropileno, com a função de engate e travamento da travessa. Estrutura terminal deverá ser composta por tubo de aço mínimo de 50x30 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura, em formato de trapézio aberto, deve possuir 2 chapas em aço com espessura mínima de 3,75 mm, com a função de engate da travessa. Dimensão total da mesa de 2400x1000x740 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxe, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e sequencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.2.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13966 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.3. ITEM 03 - MESA PARA DIRETOR, 1800X1800X740 MM (LXPXH)

3.1.3.1. Descrição do Produto: Tampo deverá ser fornecido em formato retangular em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma cor do laminado, com raios de no mínimo 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de acordo com padrões normativos da ABNT de ergonomia. O tampo deve ser fixado na estrutura através de buchas de aço embutidas na face inferior do tampo e parafusos. Deverá possuir furo para passagem de fiação com no mínimo 56 mm de diâmetro com acabamento em termoplástico (passa cabos). Estrutura autoportante composta por dois quadros laterais (cavaletes), duas travessas terminais e uma travessa estrutural central. Quadro lateral deverá ser formado por duas colunas verticais em tubo de aço de no mínimo 20x100 mm, com no mínimo 1,5 mm de espessura, posicionadas diagonalmente. As colunas deverão ser unidas por duas travessas horizontais em tubo de aço com no mínimo 1,5 mm de espessura de no mínimo 20x70 mm, sendo a superior soldada e a inferior fixada através de parafusos e chapa de fixação fabricada em aço com no mínimo 3,35 mm de espessura. Travessa terminal deverá ser fornecidas em tubo de aço de no mínimo 20x50 mm com no mínimo 1,5 mm em formato de trapézio aberto, na parte central deverá possuir uma chapa de aço com espessura mínima de 3,75 mm, na qual será fixada a travessa horizontal. Travessa estrutural deverá ser composta por um tubo de aço de no mínimo 20x50 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura, com dispositivo de montagem regulável, encaixado dentro do tubo e composto por 2 perfis de encaixe em polipropileno, com a função de engate e travamento da travessa. Na região central de cada travessa, deverá possuir um apoio em chapa de aço com no mínimo 1,9 mm. Dimensão total da mesa de 1800x800x740 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o



desengraxe, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.3.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13966 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.4. ITEM 04 - MESA PARA DIRETOR AUXILIAR, 1000X600X740MM (LXPXH)

3.1.4.1. Descrição do Produto: Tampo deverá ser fornecido em formato retangular e placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma cor do laminado, com raios de no mínimo 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de acordo com as normas da ABNT de ergonomia. O tampo deve ser fixado na estrutura através de buchas de metálicas embutidas na face inferior do tampo e parafusos. Estrutura dependente de mesa principal composta por um quadro lateral, uma travessa terminal e uma travessa horizontal e um conjunto de engate. Quadro lateral deverá ser formado por duas colunas verticais em tubo de aço de no mínimo 20x100 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura, posicionadas diagonalmente. As colunas deverão ser unidas por duas travessas horizontais em tubo de aço de no mínimo 20x70 mm, com no mínimo 1,5 mm de espessura, sendo a superior soldada e a inferior fixada através de parafusos e chapa de fixação fabricada em aço com no mínimo 3,35 mm de espessura. Travessa terminal deverá ser fornecidas em tubo de aço de no mínimo 20x50 mm com no mínimo 1,5 mm em formato de trapézio aberto, na parte central deverá possuir uma chapa de aço com espessura mínima de 3,75 mm, na qual será fixada a travessa horizontal. Travessa horizontal fornecida com formato retangular em tubo de aço de no mínimo 50x20 mm, com no mínimo 1,5 mm de espessura, unido no cavalete e no conjunto de engate através de dispositivo de montagem regulável em polipropileno, porcas e parafusos com a função de engate e travamento. Conjunto de engate deverá ser composto por chapa de engate e perfil de fixação interno, soldados entre si em formato de "T". Chapa de engate em aço com no mínimo 1,9 mm de espessura cortada e dobrada. Na parte central deverá receber perfil de fixação em chapa de aço com no mínimo 3,75 mm de espessura. O conjunto de engate deve ser fixado no tampo da mesa principal proporcionando a união das mesas a 90º. Dimensão total da mesa de 1000x600x740 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxe, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.4.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13966 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;



b) Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.5. ITEM 05 - MESA EM L, 1600X1600X740 MM (LXPXH)

3.1.5.1. Descrição do Produto: Tampo deverá ser com formato de "L" (orgânico) fornecido em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma cor do laminado, com raios de 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de acordo com as normas da ABNT de ergonomia. O tampo deve possuir buchas metálicas embutidas na face inferior para fixação através de parafusos. Deverá possuir furo para passagem de fiação com no mínimo 56 mm de diâmetro com acabamento em termoplástico (passa cabos). Estrutura deverá ser autoportante composta por 2 cavaletes laterais, 1 coluna de canto e 2 painéis estruturais. Cavalete lateral deverá ser formado por uma coluna vertical, em tubo de aço oblongo mínimo de 40x77 mm com no mínimo 1,2 mm de espessura, deverá possuir em sua extremidade superior um orifício oblongo (passante), com tampa de acabamento removível em polipropileno injetado no formato oblongo mínimo de 30x50 mm e um orifício (cego) na parte interna da extremidade inferior para possibilitar a passagem de cabos pelo interior da coluna. Na parte superior deve possuir um suporte em chapa de aço com espessura mínima de 2,7 mm, dobrada em forma de "L". Na extremidade inferior deve possuir base tipo "pata" em chapa de aço com espessura mínima de 1,9 mm conformada, sem ponteiras e com fechamento frontal e posterior na mesma chapa. Cada base deverá possuir 2 niveladores de altura com base em polipropileno. Coluna de canto deverá ser fornecida em tubo de aço circular mínimo Ø60,3 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura, dotada de furação para passagem de cabos. Deverá possuir nivelador de altura com base em polipropileno. Painel estrutural deverá ser fornecido em formato retangular em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 18 mm de espessura, com a face frontal e posterior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão. A face inferior deverá receber borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura. Fixado nas colunas através de sistema "minifix". Dimensão total da mesa de 1600x600x1600x600x740 mm (L1xP1xL2xP2xH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxate, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.5.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

a) ABNT NBR 13967 - Móveis para escritório - Sistemas de Estação de Trabalho - Classificação e métodos de ensaio;

b) Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.6. ITEM 06 - MESA EM L, 1400X1400X740 MM (LXPXH)

3.1.6.1. Descrição do Produto: Tampo deverá ser com formato de "L" (orgânico) fornecido em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma



cor do laminado, com raios de 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de acordo com as normas da ABNT de ergonomia. O tampo deve possuir buchas metálicas embutidas na face inferior para fixação através de parafusos. Deverá possuir furo para passagem de fiação com no mínimo 56 mm de diâmetro com acabamento em termoplástico (passa cabos). Estrutura deverá ser autoportante composta por 2 cavaletes laterais, 1 coluna de canto e 2 painéis estruturais. Cavalete lateral deverá ser formado por uma coluna vertical, em tubo de aço oblongo mínimo de no mínimo 40x77 mm com no mínimo 1,2 mm de espessura, deverá possuir em sua extremidade superior um orifício oblongo (passante), com tampa de acabamento removível em polipropileno injetado no formato oblongo mínimo de 30x50 mm e um orifício (cego) na parte interna da extremidade inferior para possibilitar a passagem de cabos pelo interior da coluna. Na parte superior deve possuir um suporte em chapa de aço com espessura mínima de 2,7 mm, dobrada em forma de "L". Na extremidade inferior deve possuir base tipo "pata" em chapa de aço com espessura mínima de 1,9 mm conformada, sem ponteiras e com fechamento frontal e posterior na mesma chapa. Cada base deverá possuir 2 niveladores de altura com base em polipropileno. Coluna de canto deverá ser fornecida em tubo de aço circular mínimo Ø60,3 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura, dotada de furação para passagem de cabos. Deverá possuir nivelador de altura com base em polipropileno. Painel estrutural deverá ser fornecido em formato retangular em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 18 mm de espessura, com a face frontal e posterior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão. A face inferior deverá receber borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura. Fixado nas colunas através de sistema "minifix". Dimensão total da mesa de 1400x600x1400x600x740 mm (L1xP1xL2xP2xH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxte, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.6.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13967 - Móveis para escritório - Sistemas de Estação de Trabalho - Classificação e métodos de ensaio;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.7. ITEM 07- MESA ESTAÇÃO DE TRABALHO, 1400X1400X740MM (LXPXH)

3.1.7.1. Descrição do Produto: Mesa plataforma para 02 pessoas medindo 1400x1400x740mm. Deve possuir 02 tampos que deverão ser fornecidos em formato retangular em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma cor do laminado, com raios de no mínimo 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de acordo com padrões normativos da ABNT de ergonomia. O tampo deve ser fixado na estrutura através de buchas de aço embutidas na face inferior do tampo e parafusos. Deve possuir tampa basculante (uma para cada usuário) com tampa e estrutura de acabamento, produzidos em chapa de aço, encaixada sobre o tampo e fixada sob o tampo por parafusos. Suporte para tomadas fabricado em chapa de aço dobrada em forma de "U", deve possuir furações para, no mínimo, 4 tomadas elétricas (com padrão NBR 14136) e 3 RJ45. Deve ser fixado na face inferior do tampo na direção da tampa basculante por parafusos. Deve possuir



calha total para passagem de cabos eletrificável produzida em chapa de aço dobrada no formato de "U", medindo 107x40 mm (LxH). Estrutura autoportante composta por cavaletes terminais e travessas horizontais. Cavalete terminal composto por uma travessa superior e duas colunas verticais. Travessa superior fornecidas em tubo de aço retangular medindo no mínimo 30x50 mm, com espessura mínima de 1,5 mm, com as extremidades dobradas na diagonal formando um "C". A travessa superior deve possuir duas chapas de engate de espera (na face lateral interna), onde serão encaixadas as travessas horizontais. Colunas verticais fornecidas em tubo de aço oblongo mínimo de 40x77 mm, com espessura mínima de 1,2 mm, devem receber na base inferior através de encaixe por pressão, sapata oblonga com nivelador de altura, produzidos em polipropileno. Travessas horizontais fornecidas em tubo de aço retangular de no mínimo 50x20 mm, com espessura mínima de 1,5 mm. Divisor frontal em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face frontal e posterior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado, coladas pelo processo Hot melt. O divisor deve ser fixado através de suportes do tipo "pinça", produzidos em chapas de aço com espessura mínima de 2,7 mm e parafuso. Largura total de 1400 mm e altura de 260 mm em relação ao tampo. O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxte, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200°. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.7.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13966 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.8. ITEM 08 - MESA ESTAÇÃO DE TRABALHO, 2800X1400X740MM (LXPXH)

3.1.8.1. Descrição do Produto: Mesa plataforma para 04 pessoas medindo 2800x1400x740 mm. Deve possuir 04 tâmpos que deverão ser fornecidos em formato retangular em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma cor do laminado, com raios de no mínimo 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de acordo com padrões normativos da ABNT de ergonomia. O tampo deve ser fixado na estrutura através de buchas de aço embutidas na face inferior do tampo e parafusos. Deve possuir tampa basculante (uma para cada usuário) com tampa e estrutura de acabamento, produzidos em chapa de aço, encaixada sobre o tampo e fixada sob o tampo por parafusos. Suporte para tomadas fabricado em chapa de aço dobrada em forma de "U", deve possuir furações para, no mínimo, 4 tomadas elétricas (com padrão NBR 14136) e 3 RJ45. Deve ser fixado na face inferior do tampo na direção da tampa basculante por parafusos. Deve possuir calha total para passagem de cabos eletrificável produzida em chapa de aço dobrada no formato de "U", medindo 107x40 mm (LxH). Estrutura dependente entre os módulos inicial e final, composta por cavalete terminal, cavalete central e travessas horizontais. Cavalete terminal composto por uma travessa superior e duas colunas verticais. Travessa superior fornecidas em tubo de aço retangular medindo no mínimo 30x50 mm, com espessura mínima



de 1,5 mm, com as extremidades dobradas na diagonal formando um “C”. A travessa superior deve possuir duas chapas de engate de espera (na face lateral interna), onde serão encaixadas as travessas horizontais. Colunas verticais fornecidas em tubo de aço oblongo mínimo de 40x77 mm, com espessura mínima de 1,2 mm, devem receber na base inferior através de encaixe por pressão, sapata oblonga com nivelador de altura, produzidos em polipropileno. Cavalete central deve ser composto por uma travessa superior e duas colunas verticais. Travessa superior fornecida em tubo de aço quadrado medindo no mínimo 50x50 mm, com espessura mínima de 1,5 mm. A travessa superior deve possuir 4 chapas de engate de espera (duas na face lateral direita e duas na face lateral esquerda), onde serão encaixadas as travessas horizontais. Nas extremidades da travessa superior devem ser encaixadas tampas injetadas em ABS, propiciando melhor acabamento. Na parte central da travessa superior devem ser soldadas duas colunas verticais produzidas em tubo de aço oblongo mínimo de 40x77 mm, com espessura mínima de 1,2 mm, que devem receber na base inferior, através de encaixe por pressão, sapata oblonga com nivelador de altura produzidos em polipropileno. Travessas horizontais fornecidas em tubo de aço retangular de no mínimo 50x20 mm, com espessura mínima de 1,5 mm. Deve possuir 2 divisores frontais em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face frontal e posterior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado, coladas pelo processo Hot melt. O divisor deve ser fixado através de suportes do tipo “pinça”, produzidos em chapas de aço com espessura mínima de 2,7 mm e parafuso. Largura total de 1400 mm e altura de 260 mm em relação ao tampo. O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxate, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 μm , e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.8.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a) ABNT NBR 13966 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;
- b) Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.9. ITEM 09 - MESA ESTAÇÃO DE TRABALHO, 4200X1400X740MM (LxPxH)

3.1.9.1. Descrição do Produto: Mesa plataforma para 06 pessoas medindo 4200x1400x740 mm. Deve possuir 06 tampo que deverão ser fornecidos em formato retangular em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma cor do laminado, com raios de no mínimo 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de acordo com padrões normativos da ABNT de ergonomia. O tampo deve ser fixado na estrutura através de buchas de aço embutidas na face inferior do tampo e parafusos. Deve possuir tampa basculante (uma para cada usuário) com tampa e estrutura de acabamento, produzidos em chapa de aço, encaixada sobre o tampo e fixada sob o tampo por parafusos. Suporte para tomadas fabricado em chapa de aço dobrada em forma de “U”, deve possuir



furações para, no mínimo, 4 tomadas elétricas (com padrão NBR14136) e 3 RJ45. Deve ser fixado na face inferior do tampo na direção da tampa basculante por parafusos. Deve possuir calha total para passagem de cabos eletrificável produzida em chapa de aço dobrada no formato de "U", medindo no mínimo 107x40 mm (LxH). Estrutura dependente entre os módulos inicial, central e final, composta por cavalete terminal, cavalete central e travessas horizontais. Cavalete terminal composto por uma travessa superior e duas colunas verticais. Travessa superior fornecidas em tubo de aço retangular medindo no mínimo 30x50 mm, com espessura mínima de 1,5 mm, com as extremidades dobradas na diagonal formando um "C". A travessa superior deve possuir duas chapas de engate de espera (na face lateral interna), onde serão encaixadas as travessas horizontais. Colunas verticais fornecidas em tubo de aço oblongo mínimo de 40x77 mm, com espessura mínima de 1,2 mm, devem receber na base inferior através de encaixe por pressão, sapata oblonga com nivelador de altura, produzidos em polipropileno. Cavalete central deve ser composto por uma travessa superior e duas colunas verticais. Travessa superior fornecida em tubo de aço quadrado medindo no mínimo 50x50 mm, com espessura mínima de 1,5 mm. A travessa superior deve possuir 4 chapas de engate de espera (duas na face lateral direita e duas na face lateral esquerda), onde serão encaixadas as travessas horizontais. Nas extremidades da travessa superior devem ser encaixadas tampas injetadas em ABS, propiciando melhor acabamento. Na parte central da travessa superior devem ser soldadas duas colunas verticais produzidas em tubo de aço oblongo mínimo de 40x77 mm, com espessura mínima de 1,2 mm, que devem receber na base inferior, através de encaixe por pressão, sapata oblonga com nivelador de altura produzidos em polipropileno. Travessas horizontais fornecidas em tubo de aço retangular de no mínimo 50x20 mm, com espessura mínima de 1,5 mm. Deve possuir 3 divisores frontais em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face frontal e posterior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado, coladas pelo processo Hot melt. O divisor deve ser fixado através de suportes do tipo "pinça", produzidos em chapas de aço com espessura mínima de no mínimo 2,7 mm e parafuso. Largura total de 1400 mm e altura de 260 mm em relação ao tampo. O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxe, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.9.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13966 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.10. ITEM 10 - MESA ESTAÇÃO DE TRABALHO, 5600X1400X740MM (LXPXH)

3.1.10.1. Descrição do Produto: Mesa plataforma para 08 pessoas medindo 5600x1400x740 mm.

Deve possuir 08 tâmpos que deverão ser fornecidos em formato retangular em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 2 mm de espessura, na mesma cor do laminado, com raios de no mínimo 2,5 mm nas extremidades superior e inferior de



acordo com padrões normativos da ABNT de ergonomia. O tampo deve ser fixado na estrutura através de buchas de aço embutidas na face inferior do tampo e parafusos. Deve possuir tampa basculante (uma para cada usuário) com tampa e estrutura de acabamento, produzidos em chapa de aço, encaixada sobre o tampo e fixada sob o tampo por parafusos. Suporte para tomadas fabricado em chapa de aço dobrada em forma de "U", deve possuir furações para, no mínimo, 4 tomadas elétricas (com padrão NBR14136) e 3 RJ45. Deve ser fixado na face inferior do tampo na direção da tampa basculante por parafusos. Deve possuir calha total para passagem de cabos eletrificável produzida em chapa de aço dobrada no formato de "U", medindo no mínimo 107x40 mm (LxH). Estrutura dependente entre os módulos inicial, central e final, composta por cavalete terminal, cavalete central e travessas horizontais. Cavalete terminal composto por uma travessa superior e duas colunas verticais. Travessa superior fornecidas em tubo de aço retangular medindo no mínimo 30x50 mm, com espessura mínima de 1,5mm, com as extremidades dobradas na diagonal formando um "C". A travessa superior deve possuir duas chapas de engate de espera (na face lateral interna), onde serão encaixadas as travessas horizontais. Colunas verticais fornecidas em tubo de aço oblongo mínimo de 40x77 mm, com espessura mínima de 1,2 mm, devem receber na base inferior através de encaixe por pressão, sapata oblonga com nivelador de altura, produzidos em polipropileno. Cavalete central deve ser composto por uma travessa superior e duas colunas verticais. Travessa superior fornecida em tubo de aço quadrado medindo no mínimo 50x50 mm, com espessura mínima de 1,5 mm. A travessa superior deve possuir 4 chapas de engate de espera (duas na face lateral direita e duas na face lateral esquerda), onde serão encaixadas as travessas horizontais. Nas extremidades da travessa superior devem ser encaixadas tampas injetadas em ABS, propiciando melhor acabamento. Na parte central da travessa superior devem ser soldadas duas colunas verticais produzidas em tubo de aço oblongo mínimo de 40x77 mm, com espessura mínima de 1,2 mm, que devem receber na base inferior, através de encaixe por pressão, sapata oblonga com nivelador de altura produzidos em polipropileno. Travessas horizontais fornecidas em tubo de aço retangular de no mínimo 50x20 mm, com espessura mínima de 1,5 mm. Deve possuir 4 divisores frontais em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 25 mm de espessura, com a face frontal e posterior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado, coladas pelo processo Hot melt. O divisor deve ser fixado através de suportes do tipo "pinça", produzidos em chapas de aço com espessura mínima de 2,7 mm e parafuso. Largura total de 1400 mm e altura de 260 mm em relação ao tampo. O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxate, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 μm , e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200°. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.10.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13966 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.



3.1.11. ITEM 11 - GAVETEIRO FIXO 2 GAVETAS

3.1.11.1.Descrição do Produto: Deverá ser composto por lateral, fundo, base, tampo e frente das gavetas, fornecidos em MDP de no mínimo 18 mm de espessura, com a face superior e inferior revestida em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais, aparentes, devem receber borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Deverá ser fixado na parte inferior do tampo através de suportes metálicos (distanciadores) em chapa aço carbono com espessura mínima de 2,7 mm com 75 mm altura. Gavetas deverão ser fornecidas com corpo injetado em termoplástico com no mínimo 2 mm de espessura, em forma de "U" devendo possuir nervuras estruturais na face inferior, e deverá possuir sistema de deslizamento fixado nas laterais do corpo através de corrediças em chapa de aço laminado, dobrada, com no mínimo 1,0 mm de espessura e composta de roldanas em poliacetal auto lubrificadas, e pintura eletrostática na. Deverá permitir fechamento automático em fim de curso, e abertura de $\frac{3}{4}$ do comprimento nominal. Fechadura embutida tipo varão com chave (principal e reserva) de giro 180° com capa plástica escamoteável, com travamento simultâneo de todas as gavetas. Os Puxadores deverão ser com formato de concha injetados em termoplástico do tipo ABS, na cor argila. Dimensão do gaveteiro de 400x490x322 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxe, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 μm , e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200°. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.11.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a) ABNT NBR 13961- Móveis para escritório – Armários;
- b) Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.1.12. ITEM 12 - GAVETEIRO VOLANTE 3 GAVETAS

3.1.12.1.Descrição do Produto: Deverá ser composto por lateral, fundo e base, fornecidos em MDP de no mínimo 18 mm de espessura, com a face superior e inferior revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais, aparentes, devem receber borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. A base deve receber 4 rodízios auto lubrificantes de duplo giro de Ø 35 mm, em nylon na cor preta respeitando as normas da ABNT. Para união dos componentes do corpo deve ser utilizado sistema "minifix" e cavidas, garantindo a perfeita união entre as peças. Os rodízios devem ser fixados nas extremidades da base do gaveteiro por 4 parafusos. Gavetas deverão ser fornecidas com corpo injetado em termoplástico com no mínimo 2 mm de espessura, em forma de "U" devendo possuir nervuras estruturais na face inferior, e deverá possuir sistema de deslizamento fixado nas laterais do corpo através de corrediças produzidas em chapa de aço laminado, dobrada, com no mínimo 1,0 mm de espessura e composta de roldanas produzidas em poliacetal auto lubrificadas, e pintura eletrostática. Deverá permitir fechamento automático em fim de curso, e abertura de $\frac{3}{4}$ do comprimento nominal. Frente das gavetas, fornecidas em MDP de no mínimo 18 mm de espessura, com as faces, superior e inferior revestida em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila, as faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Os Puxadores deverão ser com formato de concha injetados em termoplástico do tipo ABS.



Fechadura embutida tipo varão com chave (principal e reserva) e giro 180° com capa plástica escamoteável, com travamento simultâneo de todas as gavetas. Tampo deverá ser fornecido em placa de MDP de no mínimo 18 mm de espessura, com as faces, superior e inferior revestida em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila, as faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Dimensão total do gaveteiro de 400x490x583 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxe, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200°. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.1.12.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13961- Móveis para escritório – Armários;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.2. LOTE 02

3.2.1. ITEM 01- ARMÁRIO BAIXO FECHADO, DUAS PORTAS, 800X490X740MM (LXPXH)

3.2.1.1. Descrição do Produto: Estrutura deverá ser composta por lateral, fundo e base, fornecidos em MDP de no mínimo 18 mm de espessura com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. A base deverá receber 4 niveladores de altura fixados de maneira que a regulagem seja realizada pela parte interna do armário, facilitando sua regulagem. A união dos componentes do corpo deverá ser feita por sistema “minifix” e cavilhas, garantindo a perfeita união entre as peças. Deverá possuir tampo superior, sobreposto ao corpo, para estruturação em MDP de, no mínimo, 18 mm de espessura com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Dotado de batente para porta em alumínio e perfil com função de minimizar impactos ao fechar as portas. Portas deverão ser fornecidas em MDP de no mínimo 18 mm de espessura, com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico baixa pressão, na cor argila. As faces laterais deverão receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Deverá possuir dobradiças metálicas com ângulo de abertura de no mínimo 110°, e fechadura embutida tipo lingüeta com chave (principal e reserva) com capa plástica escamoteável de giro 90°, com travamento superior. Os Puxadores deverão ser com formato de concha injetados em termoplástico do tipo ABS. Deve possuir uma prateleira regulável fornecida em placas de partícula de madeira de média densidade com no mínimo 18 mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila, com fitas de borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura na mesma cor do laminado. A prateleira deverá ser fixada na lateral do armário por peças removíveis em zamac (liga metálica). Dimensão total do armário de 800x490x740 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxe, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior



a 200°. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.2.1.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13961- Móveis para escritório – Armários;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.2.2. ITEM 02 - ARMÁRIO MÉDIO FECHADO, DUAS PORTAS, 800X490X1080MM (LXPXH)

3.2.2.1. Descrição do Produto: Estrutura deverá ser composta por lateral, fundo e base, fornecidos em MDP de no mínimo 18 mm de espessura com a face superior e inferior, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. A base deverá receber 4 niveladores de altura fixados de maneira que a regulagem seja realizada pela parte interna do armário, facilitando sua regulagem. A união dos componentes do corpo deverá ser feita por sistema “minifix” e cavilhas, garantindo a perfeita união entre as peças. Deverá possuir tampo superior, sobreposto ao corpo, para estruturação em MDP de, no mínimo, 18 mm de espessura com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Dotado de batente para porta em alumínio e perfil com função de minimizar impactos ao fechar as portas. Portas deverão ser fornecidas em MDP de no mínimo 18 mm de espessura, com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico baixa pressão, na cor argila. As faces laterais deverão receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Deverá possuir dobradiças metálicas com ângulo de abertura de no mínimo 110°, e fechadura embutida tipo lingüeta com chave (principal e reserva) com capa plástica escamoteável de giro 90°, com travamento superior. °. Os Puxadores deverão ser com formato de concha injetados em termoplástico do tipo ABS Deve possuir duas prateleiras reguláveis fornecidas em placas de partícula de madeira de média densidade com no mínimo 18 mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila, com fitas de borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura na mesma cor do laminado. A prateleira deverá ser fixada na lateral do armário por peças removíveis em zamac (liga metálica). Dimensão total do armário de 800x490x1080 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxate, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200°. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.2.2.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13961- Móveis para escritório – Armários;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.2.3. ITEM 03 - ARMÁRIO ALTO FECHADO, DUAS PORTAS, 800X490X1610MM (LXPXH)

3.2.3.1. Descrição do Produto: Estrutura deverá ser composta por lateral, fundo e base, fornecidos em MDP de no mínimo 18 mm de espessura com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda



produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. A base deverá receber 4 niveladores de altura fixados de maneira que a regulagem seja realizada pela parte interna do armário, facilitando sua regulagem. Deve possuir 1 prateleira fixa estrutural posicionada a 1225 mm do piso com as mesmas características do estrutura. A união dos componentes do corpo deverá ser feita por sistema "minifix" e cavilhas, garantindo a perfeita união entre as peças. Deverá possuir tampo superior, sobreposto ao corpo, para estruturação em MDP de, no mínimo, 18 mm de espessura com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Dotado de batente para porta em alumínio e perfil com função de minimizar impactos ao fechar as portas. Portas deverão ser fornecidas em MDP de no mínimo 18 mm de espessura, com a face superior e inferior, revestidas em laminado melamínico baixa pressão, na cor argila. As faces laterais deverão receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Deverá possuir dobradiças metálicas com ângulo de abertura de no mínimo 110°, e fechadura embutida tipo lingüeta com chave (principal e reserva) com capa plástica escamoteável de giro 90°, com travamento superior. Sem puxador, a abertura deve ocorrer através da parte superior da porta. Deve possuir duas prateleiras reguláveis fornecidas em placas de partícula de madeira de média densidade com no mínimo 18 mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila, com fitas de borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura na mesma cor do laminado. A prateleira deverá ser fixada na lateral do armário por peças removíveis em zamac (liga metálica). Dimensão total do armário de 800x490x1610 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxate, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200°. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.2.3.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13961- Móveis para escritório – Armários;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.2.4. ITEM 04 - ARMÁRIO EXTRA ALTO FECHADO, DUAS PORTAS, 800X490X2140MM (LXPXH)

3.2.4.1. Descrição do Produto: Estrutura deverá ser composta por lateral, fundo e base, fornecidos em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 18 mm de espessura com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais deverão receber borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura na mesma cor do laminado. A base deverá receber 4 niveladores de altura fixados de maneira que a regulagem seja realizada pela parte interna do armário, facilitando sua regulagem. Deve possuir 1 prateleira fixa estrutural posicionada a 1225 mm do piso com as mesmas características do estrutura. A união dos componentes do corpo deverá ser feita por sistema "minifix" e cavilhas, garantindo a perfeita união entre as peças. Portas deverão ser fornecidas em placa de partícula de madeira de média densidade de no mínimo 18 mm de espessura, com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico baixa pressão, na cor argila. As faces laterais deverão receber borda produzida em PVC com no mínimo 1 mm de espessura na mesma cor do laminado. Deverá possuir dobradiças metálicas com ângulo de abertura de 270°, e fechadura embutida tipo varão com chave (principal e



reserva) de segredos diferentes, capa plástica escamoteável de giro 180°. Os Puxadores deverão ser com formato de concha injetados em termoplástico do tipo ABS. Deverá possuir tampo superior, para estruturação em placa de partícula de madeira de média densidade com no mínimo 18 mm de espessura com as faces, superior e inferior, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila. As faces laterais devem receber borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura, na mesma cor do laminado. Deve possuir três prateleiras reguláveis fornecidas em placas de partícula de madeira de média densidade com 18 mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila, com fitas de borda em PVC com no mínimo 1 mm de espessura na mesma cor do laminado. A prateleira deverá ser fixada na lateral do armário por peças removíveis em zamac (liga metálica). Dimensão total do armário de 800x490x2140 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxate, e preparação nano cerâmico do substrato, segundo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200°. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.2.4.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13961- Móveis para escritório – Armários;
- b)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.3. LOTE 03

3.3.1. ITEM 01 - POLTRONA GIRATÓRIA “A”

3.3.1.1. Descrição do Produto: Poltrona padrão Diretoria, com espaldar alto, com mecanismos de regulagem. Assento: com chassis em concha única de madeira multilaminada, moldada anatomicamente a quente; ou em polipropileno injetado de alta resistência moldados anatomicamente dentro das normas de ergonomia com bordas arredondadas para não impedir a circulação sanguínea do usuário. Almofada com aproximadamente 40 mm, produzida em espuma de poliuretano com densidade atestada tecnicamente pelo INMETRO, devendo ter estruturação interna à espuma em arame de aço para encaixe na estrutura. Almofada revestida em couro ecológico. cor preta. A fixação do assento à base da cadeira quando a estrutura for fabricada com madeira deverá ser feita através de “rebite tubo ferro zíncado” cravados na madeira compensada passante de um lado para outro do mesmo, fixada através de parafusos cabeça sextavada e, quando for em polipropileno injetado, deverá ser fixado por parafusos e buchas insertas na estrutura do assento e encosto. Regulagem de altura em relação ao piso: entre 109 e 130 mm, ficando o assento a uma altura variável entre 402 a 537 mm. A regulagem de altura do assento deverá ser feita por meio de tubo selado de ar comprimido ou gás, atendendo às normas de qualidade e segurança e devendo ser acionada por sistema de alavanca de fácil acesso. O encosto deverá ser fornecido em espaldar médio. Moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia, para acompanhar o contorno do corpo, sendo sua estrutura resistente e de alta qualidade. Estrutura do encosto em chassis de concha única de madeira multilaminada, moldada anatomicamente a quente, ou em polipropileno injetado de alta resistência moldados anatomicamente dentro das normas de ergonomia. Estofado em espuma de poliuretano com aproximadamente 40 mm de espessura, moldada anatomicamente e com densidade atestada tecnicamente pelo INMETRO. Elemento de união entre o assento e o encosto em alumínio injetado com alta pressão. O encosto deverá possibilitar a regulagem de altura e inclinação.



Braços reguláveis. Apoios de Braço com alma em chapa de aço, revestido em poliuretano Integral Skin. Medindo, no mínimo, 250 mm de comprimento, 75 mm de largura e espessura de 34 mm. Base giratória produzida em aço tubular com tratamento pré-pintura de desengraxe, decapagem e fosfatização, pintada com tinta pó epóxi, revestida com capas de polipropileno copolímero, composta por cinco patas com 5 rodízios de duplo giro, produzidos em náilon poliamida, com movimentos independentes. Blindagem nas rodas que impedem que os detritos do piso entrem em contato com o eixo. Eixo vertical produzido em aço carbono SAE 1010/1020, fixado à base por meio de anel de pressão, com movimento giratório por rolamento de esferas e mola amortecedora. Esse eixo vertical deverá garantir a verticalidade do rodízio e seu perfeito funcionamento. Todos os componentes metálicos devem passar por tratamento de fosfatização por imersão, permitindo que as partes internas dos tubos, travessas e demais componentes, também recebam o tratamento, provocando uma reação nos cristais superficiais do aço, aumentando a capacidade de ancoragem da tinta. Pintura epóxi pó eletrostático com polimerização em estufa. Acabamento: revestimento em couro ecológico/sintético/símile, cor preta. Dimensões: largura do assento 485 a 490 mm; profundidade do assento 417 a 480 mm; altura do assento ao piso 402 a 537 mm (com mecanismo de regulagem); largura do encosto 440 a 455 mm; altura do encosto 620 a 710 mm.

3.3.1.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13962 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio;
- b)** ABNT NBR 8537 - Espuma flexível de poliuretano — Determinação da densidade;
- c)** Norma ASTM D 3574 - Resistência ao rasgamento;
- d)** ABNT NBR 9176 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da força de indentação;
- e)** ABNT NBR 9177 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da fadiga dinâmica;
- f)** ABNT NBR9178 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação das características de queima;
- g)** Isenção de CFC (clorofluorcarbono) na espuma;
- h)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.3.2. ITEM 02 - POLTRONA GIRATÓRIA “B”

3.3.2.1. Descrição do Produto: Assento: com chassis em concha única de madeira multilaminada, moldada anatomicamente a quente; ou em polipropileno injetado de alta resistência moldados anatomicamente dentro das normas de ergonomia com bordas arredondadas para não impedir a circulação sanguínea do usuário. Almofada produzida em espuma de poliuretano com densidade atestada tecnicamente pelo INMETRO. Almofada revestida em couro ecológico. Cor preta. A fixação do assento à base da cadeira quando a estrutura for em madeira deverá ser feita através de “rebite tubo ferro zinulado” cravados na madeira compensada passante de um lado para outro do mesmo, fixada através de parafusos cabeça sextavada e, quando for em polipropileno injetado, deverá ser fixado por parafusos e buchas insertas na estrutura do assento e encosto. Com mecanismos de regulagem. A regulagem de altura do assento deverá ser feita por meio de tubo selado de ar comprimido ou gás, atendendo às normas de qualidade e segurança e devendo ser acionada por sistema de alavanca de fácil acesso. O encosto deverá ser fornecido em espaldar médio. Moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia, para acompanhar o contorno do corpo,



sendo sua estrutura resistente e de alta qualidade. Estrutura do encosto em chassis de concha única de madeira multilaminada, moldada anatomicamente a quente, ou em polipropileno injetado de alta resistência moldados anatomicamente dentro das normas de ergonomia. Estofado em espuma de poliuretano moldada anatomicamente e com densidade atestada tecnicamente pelo INMETRO. Braços reguláveis. Apoios de braço com alma em chapa de aço, revestido em poliuretano Integral Skin. Medindo, no mínimo, 250 mm de comprimento, 75 mm de largura e espessura de 34 mm. Base giratória produzida em aço tubular com tratamento pré-pintura de desengraxate, decapagem e fosfatização, pintada com tinta pó epóxi, revestida com capas de polipropileno copolímero, composta por cinco patas com 5 rodízios de duplo giro, produzidos em náilon poliamida, com movimentos independentes. Blindagem nas rodas que impedem que os detritos do piso entrem em contato com o eixo. Eixo vertical produzido em aço carbono SAE 1010/1020, fixado à base por meio de anel de pressão, com movimento giratório por rolamento de esferas e mola amortecedora. Esse eixo vertical deverá garantir a verticalidade do rodízio e seu perfeito funcionamento. Todos os componentes metálicos devem passar por tratamento de fosfatização por imersão, permitindo que as partes internas dos tubos, travessas e demais componentes, também recebam o tratamento, provocando uma reação nos cristais superficiais do aço, aumentando a capacidade de ancoragem da tinta. Pintura epóxi pó eletrostático com polimerização em estufa. Acabamento: revestimento em couro ecológico/sintético/símile. Cor preta. Todos os elementos acessíveis ao usuário quando em posição sentada devem ser arredondados, com raio de curvatura maior que 2 mm e possuir desenho ergonômico, permitindo adequada empunhadura e fácil acionamento. Dimensões: largura mínima do assento: 480 mm; profundidade mínima do assento: 460 mm; largura mínima do encosto: 440 mm; altura mínima do encosto: 470 mm.

3.3.2.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13962 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio;
- b)** ABNT NBR 8537 - Espuma flexível de poliuretano — Determinação da densidade;
- c)** Norma ASTM D 3574 – Resistência ao rasgamento;
- d)** ABNT NBR 9176 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da força de indentação;
- e)** ABNT NBR 9177 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da fadiga dinâmica;
- f)** ABNT NBR9178 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação das características de queima;
- g)** Isenção de CFC (clorofluorcarbono) na espuma;
- h)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.3.3. ITEM 03 - CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL COM BRAÇO

3.3.3.1. Descrição do Produto: Cadeira giratória operacional com espaldar pequeno e apoio de braços. Assento: com chassis em concha única de madeira multilaminada, moldada anatomicamente a quente; ou em polipropileno injetado de alta resistência moldados anatomicamente dentro das normas de ergonomia com bordas arredondadas para não impedir a circulação sanguínea do usuário. Almofada produzida em espuma de poliuretano com densidade atestada tecnicamente pelo INMETRO. Almofada revestida em couro ecológico. Cor preta. A fixação do assento à base da cadeira quando a estrutura for em madeira deverá ser feita através de “rebite tubo ferro zinorado” cravados na madeira



compensada passante de um lado para outro do mesmo, fixada através de parafusos cabeça sextavada e, quando for em polipropileno injetado, deverá ser fixado por parafusos e buchas insertas na estrutura do assento e encosto. Com mecanismos de regulagem. A regulagem de altura do assento deverá ser feita por meio de tubo selado de ar comprimido ou gás, atendendo às normas de qualidade e segurança e devendo ser acionada por sistema de alavanca de fácil acesso. O encosto deverá ser fornecido em espaldar pequeno. Moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia, para acompanhar o contorno do corpo, sendo sua estrutura resistente e de alta qualidade. Estrutura do encosto em chassis de concha única de madeira multilaminada, moldada anatomicamente a quente, ou em polipropileno injetado de alta resistência moldados anatomicamente dentro das normas de ergonomia. Estofado em espuma de poliuretano moldada anatomicamente e com densidade atestada tecnicamente pelo INMETRO. Braços Reguláveis. Apoios de Braço com alma em chapa de aço, revestido em poliuretano Integral Skin. Medindo, no mínimo, 250 mm de comprimento, 75 mm de largura e espessura de 34 mm. Base – base giratória produzida em aço tubular com tratamento pré-pintura de desengraxte, decapagem e fosfatização, pintada com tinta pó epóxi, revestida com capas de polipropileno copolímero, composta por cinco patas com 5 rodízios de duplo giro, produzidos em náilon poliamida, com movimentos independentes. Blindagem nas rodas que impedem que os detritos do piso entrem em contato com o eixo. Eixo vertical produzido em aço carbono SAE 1010/1020, fixado à base por meio de anel de pressão, com movimento giratório por rolamento de esferas e mola amortecedora. Esse eixo vertical deverá garantir a verticalidade do rodízio e seu perfeito funcionamento. Todos os componentes metálicos devem passar por tratamento de fosfatização por imersão, permitindo que as partes internas dos tubos, travessas e demais componentes, também recebam o tratamento, provocando uma reação nos cristais superficiais do aço, aumentando a capacidade de ancoragem da tinta. Pintura epóxi pó eletrostático com polimerização em estufa. Acabamento: revestimento em couro ecológico/sintético/símile. Cor preta. Todos os elementos acessíveis ao usuário quando em posição sentada devem ser arredondados, com raio de curvatura maior que 2 mm e possuir desenho ergonômico, permitindo adequada empunhadura e fácil acionamento. Dimensões: largura mínima do assento: 450 mm; profundidade mínima do assento: 440 mm; largura mínima do encosto: 410 mm; altura mínima do encosto: 320 mm.

3.3.3.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13962 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio;
- b)** ABNT NBR 8537 - Espuma flexível de poliuretano — Determinação da densidade;
- c)** Norma ASTM D 3574 – Resistência ao rasgamento;
- d)** ABNT NBR9176 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da força de indentação;
- e)** ABNT NBR 9177 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da fadiga dinâmica;
- f)** ABNT NBR9178 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação das características de queima;
- g)** Isenção de CFC (clorofluorcarbono) na espuma;
- h)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.3.4. ITEM 04 - POLTRONA DIRETOR FIXA TRAPEZOIDAL



3.3.4.1. Descrição do Produto: Assento deverá ser fornecido em formato anatômico dentro dos padrões normativos de ergonomia, composto por “alma” injetada em polipropileno com no mínimo 12 mm de espessura. Estofado em espuma, auto extingível, de poliuretano injetado com no mínimo 55 mm de espessura e densidade mínima 50 Kg/m³, devendo ser utilizado em seu processo, método de expansão por água, eliminando-se uso de produtos químicos garantindo a resistência e qualidade. Revestido em tecido, vinil ou couro, na cor preta. Contra assento e borda protetora únicos, em polipropileno injetado com no mínimo 2,5 mm de espessura. Dimensões mínimas do assento: 470x480 mm (LxP). Encosto deverá ser fornecido em espaldar médio, em formato anatômico dentro dos padrões normativos de ergonomia, composto por “alma” injetada em polipropileno com no mínimo 12 mm de espessura. Estofado em espuma, auto extingível, de poliuretano injetado com no mínimo 50 mm de espessura de densidade entre 50 e 60 Kg/m³, devendo ser utilizado em seu processo, método de expansão por água, eliminando-se uso de produtos químicos garantindo a resistência e qualidade. Revestido em tecido, vinil ou couro, na cor preta. Contra encosto e borda protetora únicos, em polipropileno injetado. Dimensões mínimas do encosto: 470x430 mm (LxH). O encosto deve ser fixado através de haste fixa produzida em barra chata de aço com no mínimo 8 mm de espessura, dobrada em forma de “L”. Braço fixo deverá ser fornecido com estrutura em tubo de aço no formato oblongo com no mínimo 1,5 mm de espessura dobrada em forma de “U”. Apoio de braço deverá ser fornecido em poliuretano, injetado junto da “alma” em chapa de aço com no mínimo 1,9 mm de espessura, garantindo estabilidade dos apoios. Dimensões do apoio: 93x230x28 mm (LxPxH). Estrutura deverá ser composta por uma estrutura de forma trapezoidal em tubo de aço de Ø25,4 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura, e duas travessas soldadas perpendicularmente na estrutura, em tubo de aço de Ø25,4 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura, composta por uma chapa de apoio da haste fixa, fabricada em chapa de aço com no mínimo 4,75 mm de espessura. Na parte inferior deverá possuir sapatas em material termoplástico, encaixadas na base da estrutura. O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxate, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200°. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.3.4.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a) ABNT NBR 13962 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio;
- b) ABNT NBR 8537 - Espuma flexível de poliuretano — Determinação da densidade;
- c) Norma ASTM D 3574 – Resistência ao rasgamento;
- d) ABNT NBR 9176 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da força de indentação;
- e) ABNT NBR 9177 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da fadiga dinâmica;
- f) ABNT NBR 9178 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação das características de queima;
- g) Isenção de CFC (clorofluorcarbono) na espuma;
- h) Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.3.5. ITEM 05 - CADEIRA FIXA TRAPEZOIDAL



3.3.5.1. Descrição do Produto: Encosto deverá possuir espaldar baixo, em formato anatômico dentro dos padrões normativos de ergonomia, deverá ser estruturado por placa em madeira compensada do tipo “alma” com no mínimo 12 mm de espessura, com porca garra para fixação do encosto à estrutura. O estofado deverá ser fornecido em espuma de poliuretano injetado de no mínimo 24 mm de espessura densidade mínima 50 Kg/m³, devendo ser utilizado em seu processo, método de expansão por água, eliminando-se uso de produtos químicos garantindo a resistência e qualidade. Contra encosto deverá ser em espuma laminada de poliuretano com no mínimo 5 mm de espessura. Revestido em tecido, vinil ou couro, na cor preta, com fechamento por zíper para facilitar a troca e manutenção caso necessário. Dimensões mínimas do encosto: 440x305 mm (LxH). Assento deverá ser fornecido em formato anatômico, independente do encosto, de acordo com os padrões normativos de ergonomia, deverá ser estruturado internamente por placa injetada em polipropileno do tipo “alma” com no mínimo 12 mm de espessura com porca garra para fixação do assento à estrutura. O estofado deverá ser em espuma de poliuretano injetado com no mínimo 45 mm de espessura e densidade mínima de 50 Kg/m³, devendo ser utilizado em seu processo, método de expansão por água, eliminando-se uso de produtos químicos garantindo a resistência e qualidade. Revestido em tecido, vinil ou couro, na cor preta, com contra assento e borda protetora únicos, fornecido em polipropileno injetado com no mínimo 2,5 mm de espessura. Dimensões mínimas do assento: 450x430 mm (LxP). Estrutura deverá ser composta por 2 pés em tubos de aço oblongo mínimo de 30x16 mm, com no mínimo 1,5 mm de espessura, dobrados em forma de “U” formando a base trapezoidal. Para estruturação deverá ser composto por travessas em tubo circular formando um “X”. A base deverá ser composta de 4 sapatas trapezoidais em material termoplástico. O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxate, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.3.5.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a) ABNT NBR 13962 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio;
- b) ABNT NBR 8537 - Espuma flexível de poliuretano — Determinação da densidade;
- c) Norma ASTM D 3574 – Resistência ao rasgamento;
- d) ABNT NBR9176 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da força de indentação;
- e) ABNT NBR 9177 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da fadiga dinâmica;
- f) ABNT NBR9178 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação das características de queima;
- g) Isenção de CFC (clorofluorcarbono) na espuma;
- h) Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

3.4. LOTE 04

3.4.1. ITEM 01 - SOFÁ 01 LUGAR

3.4.1.1. Descrição do Produto: Assento deverá ser fornecido em formato anatômico composto por “alma” em placa de partícula de madeira de média densidade com no mínimo 15 mm de



espessura. Deverá ser estofado em espuma de poliuretano laminado com densidade mínima de 20 Kg/m³. Revestido em tecido, vinil ou couro, na cor bege ou preta. Dimensões mínimas do assento: 613x565 mm (LxP). Encosto deverá ser fornecido em formato anatômico composto por “alma” em placa de partícula de madeira de média densidade com no mínimo 18 mm de espessura. Deverá ser estofado em espuma de poliuretano laminado com densidade mínima de 20 Kg/m³. Revestido em tecido, vinil ou couro, na cor bege ou preta. Dimensões mínimas do assento: 614x447 mm (LxH). Braço estrutural deverá ser composto por placas de partícula de madeira de média densidade com no mínimo 18 mm de espessura. Estofado em espuma de poliuretano laminado com densidade mínima de 40 Kg/m³. Revestido em tecido, vinil ou couro, na cor bege ou preta. Com formato retangular medindo 108x703x501 mm (LxPxH). Deve receber entre os braços (abaixo do assento) um painel de acabamento frontal e um posterior atrás do encosto, produzidos em MDP de no mínimo 18 mm, na cor bege ou preta. A base deve receber apoios cilíndricos produzidos em tubo de alumínio. Estrutura interna deverá ser composta por 2 travessas em tubo de aço retangular de no mínimo 30x70 mm com espessura mínima de 1,9 mm, com as extremidades dobradas em “L” para a fixação nos braços através de parafusos. O encosto deve ser unido no assento através de mola produzida em chapa de aço com no mínimo 4,75 mm de espessura, dobrada em “L” e parafusos. O encosto deve ser fixado no painel posterior através da travessa do encosto fabricada em tubo de aço de no mínimo 20x30 mm com no mínimo 1,5 mm de espessura, dobrado em forma de “U”, cantoneiras fabricadas em chapa de aço com no mínimo 2,65 mm de espessura, dobrada em forma de “L” e parafusos. O assento deve ser fixado no conjunto de travessas por parafusos. Dimensão total de 829x703x769 mm (LxPxH). O acabamento e pré-tratamento das partes metálicas deste produto deverão ser realizados através do processo de fabricação do fornecedor para tratamento das superfícies garantindo o desengraxte, e preparação nano cerâmico do substrato, seguindo posteriormente por um processo contínuo para pintura eletrostática em epóxi a pó, mantendo camada mínima de 60 a 80 µm, e seqüencialmente selagem da pintura a pó em estufa com temperatura não inferior a 200º. Este processo deverá garantir às partes metálicas, resistência à corrosão, uniformidade na superfície e acabamento das peças.

3.4.1.2. O objeto licitado deverá atender as seguintes normas:

- a)** ABNT NBR 13962 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio;
- b)** ABNT NBR 8537 - Espuma flexível de poliuretano — Determinação da densidade;
- c)** Norma ASTM D 3574 – Resistência ao rasgamento;
- d)** ABNT NBR 9176 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da força de indentação;
- e)** ABNT NBR 9177 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação da fadiga dinâmica;
- f)** ABNT NBR9178 - Espuma flexível de poliuretano - Determinação das características de queima;
- g)** Isenção de CFC (clorofluorcarbono) na espuma;
- h)** Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. Os objetos deverão conter no ato da entrega, Manual de Funcionamento/ Orientação e Documento/ Termo de Garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação pelo período estabelecido pelo fabricante. Todos os manuais deverão estar traduzidos para o idioma Português.



- 4.2.** Todos os materiais deverão no que couber atender as normas técnicas da ABNT.
- 4.3.** Todas as medidas poderão sofrer variação de até $\pm 5\%$, exceto quando houver medidas mínimas determinadas.
- 4.4.** Os acabamentos deverão ser definidos de acordo com a tabela do fabricante.
- 4.5.** A contratada deverá fornecer o lote com uma tonalidade padrão, conforme especificações técnicas.
- 4.6.** Os processos de fabricação dos produtos e acessórios complementares, mencionados nas especificações, devem ser considerados como ponto de referência aos modelos solicitados e como parâmetros de qualidade e funcionalidade. Todas deverão estar de acordo com as normas da ABNT.
- 4.7.** A comprovação de que o mobiliário atende às Normas da ABNT será por meio de certificados ou relatórios de desempenho para Avaliação da Conformidade, em atendimento ao Procedimento Geral de avaliação do produto, de acordo com a Norma específica, realizado pelo INMETRO ou por laboratório acreditado por ele, atestando que os itens que foram submetidos aos procedimentos de avaliação estão em conformidade com as normas técnicas relacionadas para o referido produto.
- 4.8.** As Normas Brasileiras Regulamentadoras da ABNT que deverão ser atendidas são as elaboradas para mobiliário de escritório, que definem os requisitos mínimos para classificação, características físicas e dimensionais, e ensaios de estabilidade, resistência e durabilidade deste mobiliário.
- 4.9. NORMAS E CONDIÇÕES APLICAVEIS:**
 - 4.9.1.** Laudo de conformidade com a Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho, emitida por profissional com título de ergonomista certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia - ABERGO.
 - 4.9.2.** Laudo Técnico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO relativo à norma ASTM D 3574, de resistência ao rasgamento.
 - 4.9.3.** Laudo Técnico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO relativo a ensaio de determinação de densidade da espuma conforme prescrições da norma ABNT NBR 8537.
 - 4.9.4.** Laudo Técnico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO relativo à norma NBR 9176, atestando a Força de Indentação.
 - 4.9.5.** Laudo Técnico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO relativo à norma NBR 9177.
 - 4.9.6.** Laudo Técnico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO relativo a ensaio de Inflamabilidade da espuma, conforme prescrições da Norma ABNT NBR 9178.
 - 4.9.7.** Certificado de Marca de Conformidade com as Normas ABNT NBR 13961.
 - 4.9.8.** Certificado de Marca de Conformidade com a Norma ABNT NBR 13962.
 - 4.9.9.** Certificado de Marca de Conformidade com as Normas ABNT NBR 13966.
 - 4.9.10.** Certificado de Marca de Conformidade com as Normas ABNT NBR 13967.

5. DA ENTREGA

- 5.1.** Os materiais deverão ser entregues (aos que couberem) em suas embalagens originais de forma a permitir a completa segurança durante transporte.
- 5.2.** A entrega, montagem e instalação do objeto deverão ser realizadas pela contratada no Palácio das Campinas - Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal), Avenida do Cerrado nº 999, Bloco B, Térreo, Park Lozandes – Goiânia – GO, CEP: 74884-900, de segunda à sexta-feira (exceto feriados), das 08h às 17h.



6. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1. Os serviços (entrega, montagem e instalação) deverão ser executados em até 40 (quarenta) dias consecutivos após o recebimento da ordem de fornecimento.

7. SUBCONTRATAÇÃO

7.1. O contratado, na execução do contrato, não poderá subcontratar o objeto.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e/ou subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

8.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.3. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

9.1. No recebimento e aceitação dos produtos serão consideradas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos 73 a 76, da Lei n. 8.666/1993 e suas alterações.

10. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

10.1. O prazo de garantia contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo.

10.2. A garantia assegura, de maneira não onerosa à Administração, a prestação de serviços de assistência técnica, substituição ou quaisquer outras medidas necessárias para o perfeito funcionamento dos objetos.

10.3. Todo o custo referente à prestação da garantia correrá por conta da licitante.

10.4. No caso da assistência técnica ou da manutenção ser terceirizada, deverá ser apresentada declaração emitida pela empresa indicada para assistência técnica ou pela manutenção, assinada por representante devidamente constituído e comprovado, com firma reconhecida, demonstrando o comprometimento na prestação da assistência técnica ou da manutenção.

10.5. Durante o período da garantia, o FORNECEDOR, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir ou reparar, sem ônus para o CONTRATANTE, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da notificação.

11. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR E DA CONTRATANTE

11.1. FORNECEDOR:

11.1.1. Retirar, após a entrega e instalação/montagem dos móveis, todas as sobras de material, entulhos, embalagens, ferramentas, efetuando limpeza criteriosa do local, antes da comunicação de conclusão dos serviços, sem ônus adicionais;



11.1.2. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou iminência de ocorrência de falhas no funcionamento dos móveis e equipamentos (puxadores, pés, dobradiças, fechaduras das gavetas, dentre outros), para a adoção das providências saneadoras, em todo o período de garantia e onde quer que se faça necessária a intervenção;

11.1.3. Todos os mobiliários ofertados deverão ser garantidos pelo proponente fabricante de que prestará garantia mínima de 05 (cinco) anos, a contar da entrega definitiva, com observância dos seguintes requisitos:

- a)** reparar ou substituir peças que acusem defeito de fabricação ou funcionamento;
- b)** manter assistência técnica, partes e peças de reposição.

11.1.4. Atender as solicitações para conserto em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da comunicação do defeito por parte do CONTRATANTE, e o término do reparo do material no prazo de até 96 (noventa e seis) horas, contado a partir do início do atendimento;

11.1.5. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93;

11.1.6. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários.

11.1.7. Deverão ser seguidas as normas do CONTRATANTE para controle de acesso e de retirada de materiais e equipamentos, ainda que de propriedade do FORNECEDOR.

11.1.8. Os funcionários do FORNECEDOR deverão ser trajados de forma a identificar a prestadora de serviços, e seguir as regras de conduta estabelecidas pelo CONTRATANTE.

11.1.9. Fornecer os produtos contratados independentemente de quaisquer contratempos no prazo, locais e demais condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.10. Apresentar, no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços, um dos documentos relacionados abaixo:

a) Licença ambiental ou autorização ambiental de operação do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede ou filial da licitante, considerando-se que a licença deverá ter o seu prazo de validade vigente, nos termos da Lei n. 6.938/1981, da Resolução CONAMA n. 237/1997 e da IN n. 6/2013 do IBAMA. A licença deve estar acompanhada do Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Lei n. 6.938/1981, da Resolução CONAMA n. 237/1997 e da IN n. 6/2013 do IBAMA. Caso a empresa não seja fabricante, apresentar a licença do fabricante que irá fornecer o objeto da licitação, referenciada em sua proposta; ou

b) Documento de isenção ou dispensa de Licença Ambiental de funcionamento do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede da licitante. Justificativa: essa exigência visa atender à Lei n. 6.938/1981, Resolução CONAMA nº 237/1997 e Instrução Normativa nº 6/2013 – IBAMA serão solicitados a Licença ambiental de funcionamento do empreendimento e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

11.1.11. Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo frete, seguro e outras despesas relacionadas.

11.1.12. Cumprir todas as exigências das normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo equipamentos de proteção individual a todos os que executam os serviços.

11.2. CONTRATANTE:



- 11.2.1.** Disponibilizar instalação básica, pronta para ligação de ferramentas elétricas, de forma que o FORNECEDOR possa realizar a conexão física dos equipamentos necessários para operação do serviço.
- 11.2.2.** Comunicar o FORNECEDOR, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 11.2.3.** Efetuar o pagamento pelo objeto fornecido.
- 11.2.4.** Fiscalizar as ações inerentes à execução do contrato.

12. VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1.** O prazo de vigência do contrato será de 60 dias, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial.

13. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

- 13.1.** Até 30 dias após a certificação do Termo de Liquidação de Despesa, referente Nota Fiscal, por meio de depósito na conta corrente da contratada, através de Ordem Bancária, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato;
- 13.2.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, aos 25 dias do mês de janeiro de 2019.

RENATO GARCIA PEREIRA
Gerente de Pregões

MARCELA ARAÚJO TEIXEIRA
Superintendente

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário



24. ANEXO II

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° /
REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2019 - SRP**

Pelo presente instrumento, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, órgão gerenciador do Registro de Preços, localizada na Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco – B, Térreo - Park Lozandes, representado pelo Sr. brasileiro, inscrito no CPF sob nº , portador do RG nº , residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº.XXXX, nos termos da Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 2.968/2008 alterado pelo Decreto Municipal nº 2.126/2011, Lei Municipal 9.525/2014**, aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 001/2019 – Sistema de Registro de Preços**, relativos ao **processo nº. 8192/2018**, do tipo **MENOR PREÇO** e necessária homologação, publicados no site deste município, conforme consta nos autos, e a empresa , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº , estabelecida à , Qd., Lt., no município de – , CEP n., Fone:....., e-mail: este ato representada pelo Sr., inscrito no CPF nº , portador do RG nº , doravante denominado **Fornecedor e demais empresas relacionadas no Anexo I desta Ata que compõem o cadastro de reserva de fornecedores**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto O REGISTRO DE PREÇOS de Mobiliário de Escritório (mesa, estação de trabalho, armário, gaveteiro, poltrona, cadeira e sofá), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos estão registrados nos termos da proposta vencedora do **Pregão Presencial nº 001/2019 - Sistema de Registro de Preços**, conforme o tabela (s) abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL.....				R\$	

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. Os órgãos e entidades, beneficiários desta Ata, deverão solicitar, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** órgão gerenciador da presente Ata, nos termos da **Lei Municipal 9.525/2014 e demais legislações vigentes**, autorização para o fornecimento a serem atendidos, de acordo com o Edital de Licitação que faz parte integrante da presente Ata.

3.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio de Contrato e/ou documento equivalente, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da comunicação, observando-se as condições estabelecidas, legislação vigente e na proposta vencedora.

3.3. Mediante a assinatura da Ata e seu anexo I estará caracterizado o compromisso de entrega dos produtos objeto do Pregão.

3.4. Após o recebimento da Nota de Empenho, o fornecedor terá o prazo fixado no edital para entregar os produtos.

3.5. O fornecedor que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho/ordem de Serviço no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas nesta Ata.



- 3.6. Os produtos deverão ser entregues de acordo com o edital, com a proposta vencedora da licitação, bem como as cláusulas da presente Ata.
- 3.7. O Município de Goiânia não está obrigado a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços, preferência, em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

- 4.1. O prazo para pagamento ao fornecedor será efetuado nos termos do edital do Pregão de Registro de Preços.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE, CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 5.1. O registro de preços terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Diário Oficial do Município, conforme o inciso III do parágrafo 3º do art. 15 da Lei n. 8.666/93.
- 5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.
- 5.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput*, do art. 65, da Lei n. 8666/93.
- 5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
 - 5.4.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - 5.4.1.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
 - 5.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a **Secretaria Municipal de Administração** (órgão gerenciador) poderá:
 - 5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Serviço; e
 - 5.5.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS USUARIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 6.2. O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.
- 6.3. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.
- 6.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



- 6.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o Item 6.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 6.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 6.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

7. CLÁUSULA SETIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

7.1.1. Pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

- 7.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;
- 7.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);
- 7.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Art. 78, Inc. I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;
- 7.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;
- 7.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 7.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

- 7.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV e XVI, da lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

7.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

- 7.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

7.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município e Jornal de grande circulação, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

7.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

- 8.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais ou na execução do contrato sujeitará o **LICITANTE VENCEDOR** à advertência e multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor adjudicado.

8.1.1. A multa a que se alude o item 8.1 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 10.520 e Lei nº 8.666/93.

- 8.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **LICITANTE VENCEDOR** as seguintes sanções:



I – Advertência:

- II** - Multa de 3% (três por cento) sobre o valor da parcela não adimplida do contrato;
- III** – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

8.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3. Em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 - Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais o licitante que:

8.3.1. Convocado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços não celebrar o contrato;

8.3.2. Deixar de entregar documentação exigida para o certame dentro do prazo estabelecido no Edital, considerando, também, como documentação a proposta ajustada

8.3.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

8.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

8.3.5. Ensejar retardamento da execução de seu objeto;

8.3.6. Não mantiver a proposta;

8.3.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

8.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

8.5. Por infração a quaisquer outras cláusulas contratuais, será aplicada multa de **3% (três por cento)** sobre o valor da parcela não adimplida do contrato, cumuláveis com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

8.6. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, de forma que, sendo insuficientes os créditos devidos para quitação da sanção aplicada, deverá ser procedida a cobrança administrativa ou judicial do valor restante.

9. CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1.** A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.
- 9.2.** Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do **Pregão Presencial nº 001/2019 - Sistema de Registro de Preços**.
- 9.3.** Fica designado como Gestor do Registro de Preços, de acordo com a **Lei Municipal nº 9.525 de 29 de dezembro de 2014**, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.



E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preço, em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Goiânia, de de

xxxxxxxxxxxx
Secretário

Nome Fornecedor.....
Nome da Empresa.....

TESTEMUNHAS:

1 _____
2 _____

**ANEXO I - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE FORNECEDORES**

Classificação	Fornecedor	Objeto	Marca	Quantidade	Valor Unitário



25. ANEXO III

MINUTA CONTRATUAL
CONTRATO N.º...../2019

Contrato de fornecimento de Mobiliário de Escritório (mesa, estação de trabalho, armário, gaveteiro, poltrona, cadeira e sofá), que entre si fazem o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por meio da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD e a empresa _____, nas cláusulas e condições que se seguem:

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, sito à Rua _____ n.º _____ – Setor _____ – Goiânia-GO - CEP. _____, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário, Sr._____, brasileiro, casado, _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, e a empresa....., pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados no(a)....., sediada em....., na..... inscrita no CNPJ/MF, sob o nº....., Inscrição Estadual nº....., neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo sócio(s) Sr., Identidade nº....., CPF nº.....(qualificação) doravante denominada apenas CONTRATADA têm entre si justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 2.968/2008 alterado pelo Decreto Municipal nº 2.126/2011 aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes, Contrato de fornecimento de Mobiliário de Escritório (mesa, estação de trabalho, armário, gaveteiro, poltrona, cadeira e sofá), Processo nº 8192/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de Mobiliário de Escritório (mesa, estação de trabalho, armário, gaveteiro, poltrona, cadeira e sofá), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme condições e especificações estabelecidas neste instrumento contratual e edital do Pregão Presencial nº 001/2019 - SRP e seus Anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

2.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 2.1.1. Não transferir a outrem ou subcontratar, no todo ou em parte, o presente Contrato;**
- 2.1.2. Executar fielmente o contrato avençado, de acordo com as condições previstas, no edital do Pregão Presencial nº 001/2019 - SRP, Termo de Referência – ANEXO I, e demais anexos, que fazem parte integrante deste instrumento independente de transcrições, especificações, condições, prazos, locais, proposta ofertada, e, ainda, as normas vigentes, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ou atraso injustificado;**
- 2.1.3. Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo na execução do contrato;**
- 2.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;**
- 2.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;**



2.1.6. Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

2.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93;

2.1.8. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações/ notificações relacionadas com o objeto fornecido;

2.1.9. Disponibilizar os OBJETOS de forma parcelada de acordo com as necessidades do Município de Goiânia.

2.1.10. A contratada se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos OBJETOS ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências do edital de licitação.

2.1.11. Retirar, após a entrega e instalação/montagem dos móveis, todas as sobras de material, entulhos, embalagens, ferramentas, efetuando limpeza criteriosa do local, antes da comunicação de conclusão dos serviços, sem ônus adicionais.

2.1.12. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou iminência de ocorrência de falhas no funcionamento dos móveis e equipamentos (puxadores, pés, dobradiças, fechaduras das gavetas, dentre outros), para a adoção das providências saneadoras, em todo o período de garantia e onde quer que se faça necessária a intervenção.

2.1.13. Prestar a Garantia do Objeto conforme a cláusula 8ª (oitava) deste instrumento e exigências constantes do Termo de Referência do Edital.

2.1.14. Atender as solicitações para conserto em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da comunicação do defeito por parte do CONTRATANTE, e o término do reparo do material no prazo de até 96 (noventa e seis) horas, contado a partir do início do atendimento;

2.1.15. Fornecer os produtos contratados independentemente de quaisquer contratempos no prazo, locais e demais condições estabelecidas no Termo de Referência;

2.1.16. No ato da entrega dos mobiliários a CONTRATADA DEVERÁ, obrigatoriamente, APRESENTAR os laudos e demais exigências técnicas constantes no item 4 do Termo de Referência.

2.2. A CONTRATANTE se compromete a:

2.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidores especialmente designados conforme determina o artigo 67 caput, da Lei 8.666/93, bem como o artigo 3º, inciso XXI da Instrução Normativa nº 010/2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás **e do art. 2º da Instrução Normativa 02/2018 da Controladoria Geral do Município.**

2.2.2. Os representantes da administração acima mencionados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 67, § 1º da Lei 8.666/93.

2.2.3. Disponibilizar instalação básica, pronta para ligação de ferramentas elétricas, de forma que o FORNECEDOR possa realizar a conexão física dos equipamentos necessários para operação do serviço.

2.2.4. Comunicar o FORNECEDOR, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2.5. As decisões que ultrapassarem a competência do representante serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 67, § 2º da Lei 8.666/93.

2.2.6. Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade dos produtos a serem fornecidos.



2.2.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos na Cláusula quarta.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. A vigência deste Contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial.

3.1.1. Para que haja o devido controle do prazo de vigência contratual, deverá ser anexado aos autos copia da publicação do extrato contratual no Diário Oficial.

3.2. PRORROGAÇÃO: O prazo poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57, Inciso I da Lei nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO.

4.1. DO PREÇO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor correspondente aos produtos, sendo que o valor total do contrato é de R\$ _____ (valor por extenso).

4.1.1. Nos preços estipulados estão incluídos todos os custos decorrentes do fornecimento do objeto, tais como: mão-de-obra, salário, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de segurança do trabalho e trabalhistas, fretes, seguros, impostos e taxas, contribuições e alvarás, ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários à consecução deste, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.

4.2. DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia subsequente à entrega dos produtos, por meio de ordem de Pagamento, mediante apresentação da respectiva fatura discriminativa, após devida atestação, via Ordem de Pagamento no Banco _____, Agência_____, Conta_____.

4.2.1. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente da Caixa Econômica Federal, Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira do Município.

4.2.2. Caso a empresa vencedora não possua conta corrente na Caixa Econômica Federal, os custos de transferência bancária serão arcados por esta, conforme tabela de serviços bancários.

4.2.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em virtude de inadimplência referente a execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.3. ATRASO DE PAGAMENTO: Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município de Goiânia, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de impugnação por parte do contratado até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data de impugnação por parte do contratado e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

4.3.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

4.4. DO REAJUSTE: Os preços praticados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta, nos termos da Lei 10.192/01.

4.4.1. Na prorrogação do prazo, o valor inicialmente contratado poderá ser reajustado utilizando-se do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, do período.



4.4.2. Caso haja uma prorrogação do prazo de entrega e, ultrapassando os 12 (doze) meses, o índice de reajuste já estará previsto no contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A classificação das despesas dar-se-á a conta de **Dotação Orçamentária nº XXX**.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E MULTA

6.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO à advertência e multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação.

6.1.1. A multa a que se alude o item 6.1 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93.

6.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa de **3% (três por cento)** sobre o valor da parcela não adimplida do contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

6.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3. Em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 - Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais o licitante que:

- 6.3.1. Convocado dentro do prazo de validade da Proposta, não celebrar o contrato
- 6.3.2. Deixar de entregar documentação exigida para o certame dentro do prazo estabelecido no Edital, considerando, também, como documentação a proposta ajustada;
- 6.3.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 6.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- 6.3.5. Ensejar retardamento da execução de seu objeto;
- 6.3.6. Não mantiver a proposta;
- 6.3.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

6.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

6.5. Por infração a quaisquer outras cláusulas contratuais, será aplicada multa de **3% (três por cento)** sobre o valor da parcela não adimplida do contrato, cumuláveis com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

6.6. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, de forma que, sendo insuficientes os créditos devidos à CONTRATADA para quitação da sanção aplicada, deverá ser procedida a cobrança administrativa ou judicial do valor restante.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS



7.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto contratado conforme solicitação da CONTRATANTE, nos termos prescritos no Anexo I deste Edital e das seguintes disposições:

7.1.1. O responsável pelo recebimento do objeto deverá atestar a qualidade e quantidade dos produtos, mediante recibo (§1º do art. 73), devendo rejeitar qualquer produto que esteja em desacordo com o especificado no Edital.

7.2. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do produto, em perfeitas condições conforme a proposta apresentada, dentro do horário estabelecido pela CONTRATANTE.

7.3. Em conformidade com os artigos 73 e 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

I - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

II - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação.

7.3.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito/má qualidade, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

7.3.2. O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da adjudicatária *a posteriori*. Deverão ser substituídos os produtos que, eventualmente, não atenderem as especificações do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

8.1. O prazo de garantia dos mobiliários deverá ser de no mínimo 05 (cinco) anos, contados a partir da data do aceite definitivo, com observância dos seguintes requisitos:

8.1.1. Reparar ou substituir peças que acusem defeito de fabricação ou funcionamento;

8.1.2. Manter assistência técnica, partes e peças de reposição.

8.2. Durante o período da garantia deverá ser assegurada a assistência técnica, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

8.3. A empresa deverá fornecer certificados de garantia e assistência técnica, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

8.4. O certificado de garantia ou equivalente deve esclarecer, de maneira clara e adequada, em que consiste a mesma garantia, a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercida, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato da entrega do objeto, acompanhado do manual de instalação e uso do material.

8.5. Aplica-se, no que couber, às disposições do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

9.2. A rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII do artigo 78 da sobredita Lei;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.



9.3. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. Caberá a **CONTRATANTE** providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA APRECIAÇÃO DA CGM E CADASTRO NO TCM

11.1. O presente Instrumento será objeto de apreciação pela **Controladoria Geral do Município** e cadastrado no site do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - TCM, em até (3) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo *upload* do arquivo correspondente, de acordo com **o artigo 3º da IN nº 09/2015 do TCM**, não se responsabilizando o **CONTRATANTE**, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1. Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual, os termos do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA datada de ____/____, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Aos casos omissos, aplicar-se-á as demais disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 2.968/08 alterado pelo Decreto Municipal nº 2.126/2011, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para as questões resultantes do instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, Município de Goiânia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Goiânia, ____ de _____ de 2019.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF
RG

Nome:
CPF
RG



26. ANEXO IV

TERMO DE CREDENCIAMENTO
(preferencialmente em papel timbrado da Licitante)

Ao(a) Pregoeiro(a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA
Endereço: Avenida do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia- GO.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Assunto: Credenciamento

Pelo presente instrumento, a empresa....., com sede na....., C.N.P.J. n.º, através de seu representante legal Sr. (a), cargo, CREDENCIA o (a) Sr. (a), portador (a) do R.G. n.º e C.P.F. n.º, para representá-la perante a PREFEITURA DE GOIANIA, na sessão pública do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, outorgando-lhe plenos poderes para formular ofertas e lances, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, assinar atas de registro de preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, em todas as fases licitatórias.

Localidade, ____ de _____ de 2019.

____ (assinatura)
CARGO
R.G. n.º

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura, com firma reconhecida em cartório.



27. ANEXO V - A

Declaração de Habilitação

(Exigida pelo inciso VII, Art. 4º da Lei federal nº 10.520 de 17/07/02)

Ao (a) Pregoeiro (a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA

Endereço: Avenida do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia - GO.

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Prezados Senhores,

(nome da empresa) ___, CNPJ/MF n.º ___, sediada ___, (endereço completo) ___, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para o **fornecimento do(s) objeto(s)**, de conformidade com o Edital mencionado, declaramos junto ao(a) Pregoeiro (a) da Secretaria Municipal de Administração que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que realizar-se-á no dia __/__/___, às _____.

Declaramos ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do edital, ensejará aplicação de penalidades previstas nos termos deste edital e seus anexos aos Declarantes.

Localidade, ___ de _____ de 2019.

___ (assinatura)___

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.



28. ANEXO V - B

Declaração de Habilitação
(Exigida pelo inciso VII, Art. 4º da Lei federal nº 10.520 de 17/07/02)

Ao(a)

Pregoeiro(a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA

Endereço: Av. do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia- GO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prezados Senhores,
_____(nome da empresa)_____, CNPJ/MF nº ____, sediada _____(endereço completo)_____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para o **fornecimento do(s) objetos(s)**, de conformidade com o Edital mencionado, declaramos junto ao(a) Pregoeiro(a) da Secretaria Municipal de Administração que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no **Pregão Presencial nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que realizar-se-á no dia ____/____/_____, às _____.

Declaramos também, sob as penas da lei, que cumprimos os requisitos legais para qualificação como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, e atestamos a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do edital, ensejará aplicação de penalidades previstas nos termos deste edital e seus anexos aos Declarantes.

Localidade, ____ de _____ de 2019.

_____(assinatura)

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



29. ANEXO VI

CARTA PROPOSTA

Ao(a) Pregoeiro(a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA

Endereço: Av. do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia- GO.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prezados Senhores,

____ (nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º ____, sediada ____ (endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para o **fornecimento do(s) material(s)**, de conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

(Especificar o OBJETO conforme planilha constante do Anexo I - Termo de Referencia, contendo quantitativos, especificação do objeto, marca, valores unitários e totais e locais de entrega).

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Unid.		Deverá ser indicada garantia conforme o caso			

-Preço unitário por item e por extenso

LOTE ____ = R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$

Declaramos que os materiais são novos e de boa qualidade.

Caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos a fornecer os materiais no prazo, local, condições e especificações previstos no Edital, contados a partir do recebimento da respectiva nota de empenho.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um **período não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da abertura da mesma.**

Até o recebimento da nota de empenho e/ou outro documento correspondente, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Localidade, ____ de _____ de 2019.

____ (assinatura)

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.



30. ANEXO VII

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Ao(a) Pregoeiro(a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA

Endereço: Av. do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia- GO.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Prezados Senhores,

____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º ____, sediada ____ (endereço completo)____, tendo examinado o Edital, declara sob as penas da lei que:

- a) Está apresentando proposta para fornecimento dos materiais objeto deste edital;
- b) A nacionalidade da Empresa Licitante é ____ (indicar a nacionalidade)____;
- c) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e, também, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências;
- d) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme estabelecido no inciso XXXIII do artigo 7º, da constituição Federal e nos termos dos artigos 27, inciso V e 78 inciso XVIII, da Lei 8.666/93;
- e) Esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte.

Localidade, ____ de _____ de 2019.

____(assinatura)____

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.



31. ANEXO IX

COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL

Senhor Licitante,

Solicitamos a V.S.^a a fineza de preencher o recibo do edital (modelo abaixo), remetendo-o à Secretaria Municipal de Administração, via e-mail semad.gerpre@goiania.go.gov.br, caso não o tenha retirado nesta Secretaria.

A NÃO REMESSA DO RECIBO EXIME A ADMINISTRAÇÃO E O(A) PREGOEIRO(A) DA COMUNICAÇÃO DE EVENTUAIS RETIFICAÇÕES OCORRIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, BEM COMO DE QUAISQUER INFORMAÇÕES ADICIONAIS.

Localidade, ____ de ____ de ____.

RECIBO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE GOIÂNIA.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Mobiliário de Escritório (mesa, estação de trabalho, armário, gaveteiro, poltrona, cadeira e sofá), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços.

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

Pessoa para Contato: _____

Recebemos, através do site www.goiania.go.gov.br ou de qualquer outra fonte, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Data: ____ / ____ / ____.